

**RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO 2008
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO/ SRHU**

1. IDENTIFICAÇÃO

Tabela 1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano – SRHU	
CNPJ	37.115.375/0003-79	
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério do Meio Ambiente	
Endereço completo da sede	SEPN 505 Bloco B Edifício Marie Prendi – Asa Norte Brasília/DF - CEP: 70.830-901 Tel: (61) 3105-2000 FAX: (61) 3105.2015	
Endereço da página institucional na internet	http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=157	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	<ul style="list-style-type: none"> • Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995; • Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, publicada no D.O.U. de 29 de maio de 2003; • Decreto nº 5.776, de 12 de maio de 2006, com publicado no D.O.U. de 15 de maio de 2006, revogado pelo Decreto nº 6.101 de 26 de abril de 2007, publicado no D.O.U. de 27 de abril de 2007; • Portaria nº 362, de 26 de dezembro de 2006, com publicação no D.O.U. De 28.12.2006 e; • Decreto nº 6.101 de 26 de abril de 2007, publicado no D.O.U. de 27 de abril de 2007. 	
Código da UJ titular do relatório	440005	
Códigos das UJ abrangidas	Não consolida outras unidades	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Gestão Ambiental	
Tipo de atividade	Formulação de Políticas Públicas	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Departamento de Recursos Hídricos – DRHI	440005
	Dep. Revitalização Bacias Hidrográficas – DRBH	440078
	Departamento de Ambiente Urbano – DURB	440079

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/ OU PROGRAMÁTICOS

2.1. RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL

A Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente (SRHU/MMA) é o órgão do governo federal responsável pelos procedimentos de gestão dos Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. Suas ações têm a água como elemento gerador e integrador, fundamentando-se na integração de políticas, sustentabilidade socioambiental e no controle e participação social. Para o desempenho de suas atribuições conta com 3 departamentos - de Recursos Hídricos (DRH), de Ambiente Urbano (DAU) e de Revitalização de Bacias Hidrográficas (DRB).

Suas atribuições de núcleo estratégico do governo tem, entre as suas principais tarefas: - A Gestão Nacional dos Recursos Hídricos; - A Gestão Nacional dos Resíduos Sólidos e a - Revitalização de Bacias Hidrográficas, temas de relevante interferência nas condições de vida da população e de alto impacto nas mudanças das condições climáticas.

Num cenário onde a escassez da água potável já é uma constatação presente, a Gestão responsável e planejada dos Recursos Hídricos torna-se um fator crucial para a vida na terra. Neste sentido deve-se formular políticas relacionadas ao uso racional dos recursos hídricos, fundamentadas em uma gestão descentralizada e participativa que proporcione o múltiplo uso das águas.

Ainda, dentre as suas funções, busca-se conferir atenção especial nas ações de conscientização da população e dos poderes públicos Municipal e Estadual para o tratamento dado às questões dos resíduos sólidos, que são potenciais poluidores do lençol freático e dos rios e, também, contribuir para a preservação e revitalização de bacias hidrográficas, atuando, por exemplo, na recuperação ou preservação de nascentes e das faixas que margeiam os cursos d'água.

2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano definiu como estratégia para 2008, a readequação do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas, a priorização das ações do Programa de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos com ênfase no trabalho do consorciado e em estreita sinergia com a área de saneamento e a finalização do detalhamento dos subprogramas do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Programa 1305 – Revitalização de Bacias Hidrográficas em situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental

O Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas/ PR-BH é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente/ MMA em parceria com outros dezesseis ministérios, contando com ações descentralizadas a serem executadas pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério da Integração por meio da CODEVASF. Com prazo de execução de vinte anos, objetiva promover a recuperação, a conservação e a preservação das bacias hidrográficas nacionais em situação de vulnerabilidade e degradação ambiental, promover a prevenção e a mitigação de potenciais impactos decorrentes da implantação de projetos e da crescente ação antrópica com elevado comprometimento ambiental dessas bacias.

Ação 101Q – Recuperação e Preservação das Bacias dos Rios Araguaia/Tocantins

O recurso previsto para o ano de 2008, não foi executado por falta de limite orçamentário, por isso não houve execução física para esta ação.

Ação 101P – Recuperação e Preservação da Bacia do Rio São Francisco.

De início, destaca-se que com relação ao indicador área estabilizada, a meta física para a ação de recuperação da bacia do rio São Francisco, era a estabilização de 30.023 *hectares* para o ano de 2008. Foram estabilizados 20.180 *hectares*, em um total de 66,75 % da meta física prevista. Ressalta-se a difícil mensuração e a imprecisão deste indicador para aferir os resultados deste Programa, em função da complexidade das ações realizadas diretamente pelo Programa.

Ação 101R – Recuperação e Preservação da Bacia do Rio Paraíba do Sul

A meta física desta ação não foi alcançada, pois é difícil aferir as ações na bacia realizadas em 2008, em área estabilizada a ser medida em *hectares*. Por isso sugeriu-se na revisão qualitativa do PPA em 2008, a modificação do produto e conseqüentemente de sua unidade de medida e suas metas, a fim de contemplar a efetivação de todos os projetos prioritários a serem desenvolvidas na bacia do Paraíba do Sul.

Ação 101U – Implantação de Banco de Dados Ambientais das Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental.

Os trabalhos de atualização e melhoria das informações que são disponibilizadas pelo SISFRAN foram realizados de maneira contínua em 2008, em função da maior parte das ações do Programa serem desenvolvidas na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Ação 20AO – Apoio a Projetos de Controle da Poluição por Resíduos em Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental.

Esta ação teve sua meta atingida por meio de dois projetos:

- 1) Apoio ao Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB, onde a SRHU é representada pelo Departamento de Ambiente Urbano/MMA e,
- 2) Projeto de Revitalização Integrada de Igarapés na Bacia do Rio Acre, no valor de R\$ 400.000,00, que foi apoiado por intermédio de convênio firmado com o município de Rio Branco, estado do Acre. Este projeto objetiva desenvolver atividades de educação ambiental, limpeza, desobstrução e revitalização dos Igarapés Cigana, Arena, e São Paulo, no município de Rio Branco/AC meta física foi superada com um gasto inferior à meta financeira estabelecida em função do grande trabalho de articulação com as associações de catadores de material reciclável, indicando que o caminho é este para atingirmos o mais rapidamente possível a grande maioria da população.

Programa 0515 – Infra-Estrutura Hídrica – Programa no âmbito do Ministério da Integração

Este programa está no âmbito do Ministério da Integração e tem uma de suas ações coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio do Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano.

Ação 8695 – Dessalinização de Água – Água Doce.

Esta ação com o apoio de parcerias como o BNDES, FBB, EMBRAPA, entre outros, vem se destacando como uma alternativa viável de acesso à água de boa qualidade para consumo humano para as comunidades rurais difusas do Semi-Árido brasileiro.

Programa 8007 – Resíduos Sólidos Urbanos

Das ações deste Programa a cargo do DAU, atingiu-se a meta física na Ação 86AA - Desenvolvimento Institucional para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos em 125%, contudo, por razões que serão descritas ao longo do relatório, não foi possível realizar a ação 7K64-Implantação de Projetos de Reaproveitamento de Resíduos Orgânicos – Guarulhos/SP.

Ação 86AA - Desenvolvimento Institucional para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos

Esta é a Principal ação deste programa a cargo da SRHU . A meta física é o número de Projetos apoiados, que foi atingida com grande eficiência, alcançando 25 projetos apoiados, que serão descritos no decorrer deste relatório.

Programa 0497 – Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos

Este programa contém três ações, que juntas formam o Tripé de Gestão dos Recursos Hídricos, que é monitorado a partir do SIAPREH (Sistema de Acompanhamento e Avaliação da Implementação da Política de Recursos Hídricos).

Ação 2039 - Formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos

No decorrer do relatório serão enumerados os trabalhos que foram executados para alcance dos objetivos, mas para melhor avaliar o desempenho e atingimento das metas faz-se necessário o estabelecimento de indicadores de fácil valoração, por exemplo: N° de estados apoiados, exitosamente, na criação de órgãos gestores de recursos hídricos, e/ou N° de acordos, convenções ou marco legal internacionais, relativos a recursos hídricos, implementados com a nossa contribuição, e/ou Percentagem na elaboração do levantamento hidrológico e do mapeamento do Aquífero Guarani, entre outros.

Ação 4999 - Funcionamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Os principais resultados obtidos com as atividades do CNRH foram: i) realização de quatro reuniões plenárias do CNRH, sendo 2 ordinárias, em 14 de junho e 16 de outubro, e duas extraordinárias, em 19 de março e 10 de dezembro; ii) realização de 69 reuniões das Câmaras Técnicas, sendo: 10 da CTIL, 6 da CTAP, 8 da CTCOB, 9 da CTCT, 8 da CTPOAR, 7 da CTAS, 7 da CTEM, 5 da CTPNRH, 6 da CTGRHT e 7 da CTCOST; iii) realização de 50 reuniões de Grupos de Trabalho de Câmaras Técnicas; iv) publicação de 15 resoluções e 3 moções que regulamentam a gestão de recursos hídricos no País; v) lançamento da 4ª Edição do “Conjunto de Normas Legais”, comemorativa aos 10 Anos da Lei 9.433/97; vi) lançamento do Glossário de Termos Referentes à Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços da Câmara Técnica de Gestão dos Recursos Hídricos Transfronteiriços. vii) realização da Oficina para a discussão das propostas de detalhamento dos programas e subprogramas do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Ação 2D10 – Monitoramento, Avaliação e Revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos

Serão apresentados no decorrer deste relatório o desempenho desta ação, que foi satisfatório e também a meta física, que para ficar mensurável serão demonstrados a elaboração e apresentação ao CNRH do INFORME SIGEOR, contendo informações sobre a implementação dos programas do PNRH, análise da implementação e recomendações.

2.3. Programas

2.3.1. Programa 1305 – Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental

Tabela 2 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Revitalizar as principais bacias hidrográficas nacionais em situação de vulnerabilidade ambiental, efetivando sua recuperação, conservação e preservação.
Objetivos Específicos	Promover a disponibilidade de água com qualidade e a gestão dos recursos hídricos, o controle de poluição, a conservação e a revitalização de bacias.
Gerente do programa	Vicente Andreu Guillo
Gerente executivo	Júlio Thadeu Silva Kettelhut
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Não se aplica
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	<ul style="list-style-type: none"> • Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Ponte Raul Soares na Bacia do Rio São Francisco; • Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio Paraíba do Sul; • Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio das Velhas); • Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio Pará); • Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul; • Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco; • Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Hidrológica “Ponte Raul Soares” na Bacia do Rio São Francisco; • Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio Paraíba do Sul; • Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco; • Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (a juzante da Foz do Rio Pará); • Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (a juzante da Foz do Rio das Velhas);

	<ul style="list-style-type: none"> • Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul; • Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco; • Taxa de Variação da Melhoria da Qualidade da Água.
Público-alvo (beneficiários)	Usuários dos recursos hídricos das bacias dos rios São Francisco, Araguaia, Tocantins, Paraíba do Sul , Alto Paraguai e Parnaíba

2.3.1.1. Principais Ações do Programa

2.3.1.1.1 Ação 20AO – Apoio a Projetos de Controle da Poluição por Resíduos em Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental

Tabela 3 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Desenvolver e apoiar estudos e projetos visando o controle da poluição por resíduos, e sua gestão de forma a fomentar a redução, reutilização e reciclagem nas áreas das Bacias Hidrográficas com vulnerabilidade ambiental.
Descrição	<p>Os resíduos resultantes de ações antrópicas industriais, agrícolas, domésticas e de exploração mineral, representam um grande desafio à sustentabilidade ambiental de Bacias Hidrográficas. Hoje, grande parte da vulnerabilidade ambiental das bacias resulta de processos acumulativos de poluição e desconsideração do ciclo 3R. O ciclo 3R implica na redução do desperdício e do consumo, na reutilização, sempre que possível, e na reciclagem e separação dos diversos tipos de resíduos.</p> <p>Uma das condições para diminuição do processo de poluição é o fomento às ações de reciclagem e seletividade dos resíduos. Dessa forma, faz-se necessário a celebração de convênios, parcerias, termos de cooperação e outros instrumentos legais com Universidades, Institutos de Pesquisa, ONG e municípios para a realização dos estudos e projetos.</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Coordenador nacional da ação	Júlio Thadeu Silva Kettelhut

Unidades executoras	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Áreas (dentro da UJ) responsáveis pelo gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	----

Resultados

Os recursos desta ação foram transferidos para o Departamento de Ambiente Urbano desta Secretaria para apoiar os Projetos de Controle da Poluição por Resíduos em Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental.

O programa de Resíduos Sólidos integra atribuições do Ministério do Meio Ambiente desde o Plano Plurianual-PPA 2004 – 2007 e foi confirmado no processo de elaboração do PPA 2008 – 2011. Dentre as iniciativas anteriores dos Ministérios do Meio Ambiente, Saúde, por meio da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA e das Cidades por meio de sua Secretaria de Saneamento, estão diversos projetos que buscam apoiar diretamente os municípios em situação de precariedade no setor, viabilizando a construção de aterros sanitários, de galpões de reciclagem de materiais e equipamentos, de maneira a permitir a erradicação de lixões e a viabilização de iniciativas tecnicamente sustentáveis.

Com a regulamentação e implementação da recém aprovada Política Nacional de Saneamento, Lei Federal nº 11.445/2007 e também da Lei Federal nº 11.107/2005 que regulamentou a Prestação de Serviços Associados, a chamada “Lei dos Consórcios”, esta Secretaria tem se esforçado no sentido de que a Gestão dos Serviços de Resíduos Sólidos passem a contar com mecanismos legais e institucionais nos Estados Brasileiros, particularmente naqueles que apresentam maiores problemas, como é o caso daqueles que integram as Bacias do Rio São Francisco e Parnaíba.

Frente a isso foram transferidos para o Departamento de Ambiente Urbano o montante de R \$ 2.000.000,00 em custeio, recurso que foi empenhado para apoiar a elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB. O Ministério do Meio Ambiente por meio de sua Secretaria de Recursos Hídrico e Ambiente Urbano é co-coordenador do processo de elaboração do PLANSAB.

O Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB - é uma determinação do art. nº 52 da Lei Federal nº 11.445/07, que estabelece as diretrizes nacionais da Política de Saneamento Básico. Ela compõe a base do novo marco jurídico-urbanístico do saneamento brasileiro, juntamente com a

Lei nº 10.257/2001, o Estatuto da Cidade, que trata da Política Urbana e a Lei de Consórcios Públicos, nº 11.107/2005 e sua regulamentação.

O “início” do processo de construção do PLANSAB foi em julho de 2008 com a aprovação no Conselho das Cidades, do documento “Diretrizes para o Projeto Estratégico de Elaboração do PLANSAB”, consolidado pelo documento “Pacto pelo Saneamento Básico: Mais Saúde, Qualidade de Vida e Cidadania” que contém os pressupostos e diretrizes gerais sobre o conteúdo e o processo de elaboração desse Plano Nacional, tendo sua conclusão prevista para abril de 2010.

O Plano Nacional de Saneamento Básico é instrumento fundamental de implementação da Lei nº11.445/07, que estabelece no seu Art. 52, que o mesmo deve conter, entre outros itens, os objetivos e metas nacionais e regionalizadas, de curto, médio e longo prazos, para a universalização dos serviços de saneamento básico e o alcance de níveis crescentes de saneamento básico no território nacional, observando a compatibilidade com os demais planos e políticas da União.

Esse plano se configura como um processo contínuo, participativo, com sucessivas atualizações e revisões, sendo que sua elaboração está sob a coordenação da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, com o constante acompanhamento de representantes dos órgãos federais que atuam em saneamento básico e do Conselho das Cidades, por meio do Comitê Técnico de Saneamento Ambiental.

Ao aspecto citado, soma-se o compromisso do País com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas e a declaração de 2008, como o Ano Internacional do Saneamento, com o propósito de mobilizar, para o alcance da meta de até o ano de 2015, tendo por base o ano de 1990, reduzir pela metade a proporção de pessoas que não contam com Saneamento Básico.

O Plano será instrumento fundamental da retomada, a partir de 2003, da capacidade orientadora do Estado na condução da política pública de saneamento básico, e, conseqüentemente, na definição das estratégias de governo para o setor no horizonte dos próximos vinte anos, com vistas à universalização do saneamento como direito social.

O projeto de Revitalização Integrada de Igarapés na Bacia do Rio Acre, no valor de R\$ 400.000,00, foi apoiado por intermédio de convênio firmado com o município de Rio Branco/AC, estado do Acre. Este projeto objetiva desenvolver atividades de educação ambiental, limpeza, desobstrução e revitalização dos Igarapés Cigana, Arena, e São Paulo, no município de Rio Branco, por isso foram repassados recursos disponíveis das Ações “Apoio ao controle de resíduos” - 20AO (R\$ 200.000,00) e “Disseminação de boas práticas de manejo e conservação de bacias hidrográficas nacional” - 8412 (R\$ 200.000,00).

O objeto da proposta desse projeto mostra-se em conformidade com os objetivos da ação 20AO, coordenada pela SRHU/MMA. Uma vez que a proteção aos recursos hídricos dos igarapés da bacia do Rio Acre terá como parte do processo de revitalização, atividades de limpeza e desassoreamento, por meio da retirada de resíduos depositados nos leitos desses cursos d'água ao longo dos anos, de maneira a contribuir para revitalização desta bacia.

As atividades de revitalização iniciam-se pela limpeza dos igarapés que consiste na retirada de resíduos como garrafas pet, vidros, dentre outros objetos que obstruem o curso dos igarapés. Os resíduos retirados serão separados e os que puderem ser reciclados serão doados para Associação de Catadores de Rio Branco.

O lixo será destinado para a unidade de tratamento de resíduos sólidos. A desobstrução da calha do igarapé, como forma de dar vazão ao fluxo de água e a revitalização planejada e organizada, abrem espaço para o plantio de espécies nativas, às margens do curso, com a participação da comunidade.

Os recursos da ação apoiaram também a realização do Seminário “O Brasil no ano internacional do saneamento” que ocorreu entre os dias 4 e 5 de dezembro de 2008, atividade esta integrante do Pacto pelo Saneamento Básico.

Tabela 4 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	2.200.000,00	2.200.000,00	100
Física	16,00	2,00	12,50

2.3.1.1.2. Ação 2B76 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável na Bacia do Alto Paraguai

Tabela 5 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a conservação da paisagem, da biodiversidade e a melhoria da qualidade ambiental na bacia do Alto Paraguai - Pantanal, através do fomento a projetos sustentáveis de manejo e uso dos recursos naturais.
Descrição	Fomento a projetos que consolidem as bases para o desenvolvimento sustentável da região, promovendo a proteção do solo e das águas, a conservação da paisagem e da biodiversidade, o ordenamento territorial e a organização institucional e social para a sustentabilidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano

Coordenador nacional da ação (1)	Júlio Thadeu Silva Kettelhut
Unidades executoras (1)	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por ou gerenciamento execução da ação	Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	----

Resultados

A ação apoiou, em 2008, a finalização dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERHs) dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que contribuirão para a sustentabilidade da Bacia do Alto Paraguai. Os planos, concluídos em dezembro de 2008, foram elaborados simultânea e independentemente em cada estado, pois ambos perfazem a totalidade da região hidrográfica do Paraguai, o que justifica sua elaboração conjunta. O estado do Mato Grosso faz parte de três regiões hidrográficas brasileiras, a Amazônica, a do Tocantis/Araguaia e a do Paraguai, enquanto que o estado do Mato Grosso do Sul insere-se em duas regiões hidrográficas, a do Paraguai e a do Paraná.

A fim de cumprir com os objetivos, foram contratados doze consultores individuais para cada Estado, além de um consultor responsável pelo intercâmbio das informações nos dois estados, totalizando vinte e cinco consultores. Desta forma, a elaboração dos Planos foi realizada a um custo inferior, se comparado com a contratação de uma empresa de consultoria para desenvolvimento das atividades.

A supervisão técnica das atividades foi realizada em parceria com a equipe da Gerência de Apoio ao Plano, do Departamento de Recursos Hídricos -DRH desta Secretaria.

Foi concluída a etapa de nivelamento do Curso de Agroecologia para jovens indígenas das etnias Terena, Kinikinao, Atikum e Kadiwéu, em parceria com a Universidade Católica Dom Bosco- UCDB, em Campo Grande/MS. Assim sendo, objetivou-se capacitar cerca de 40 jovens indígenas, com ensino médio (técnicos agrícolas, licenciatura, etc.), em agroecologia e técnicas agrícolas apropriadas para a realidade regional e aos valores étnicos de cada povo.

Pretendeu-se promover, também, a sistematização de práticas e conhecimentos das respectivas Etnias, e, conhecimentos, práticas e técnicas demandadas por estes povos. Estes indígenas foram capacitados em técnicas de organização da produção e treinados para serem multiplicadores, com o objetivo de envolver e transmitir os conhecimentos adquiridos.

Para a realização deste projeto, os jovens selecionados foram mantidos em Campo Grande durante os dias de aulas para, posteriormente, quando retornarem às suas aldeias aplicarem e disseminarem as práticas ministradas durante o curso.

Tendo em vista que o Pantanal foi declarado “Reserva da Biosfera” pela UNESCO, em 2000, e, necessitando dar continuidade aos trabalhos de criação do Conselho Deliberativo da Reserva da Biosfera do Pantanal, foi dada posse aos conselheiros em reunião realizada em Brasília, com a presença da então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. A referida Reserva da Biosfera abrange os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além de uma pequena parcela de Goiás, e tem por finalidade prover de sustentabilidade as atividades praticadas na região.

Em continuidade a esta ação, se faz necessário a realização de uma nova reunião para estabelecer o estatuto do Conselho e articular as atividades subseqüentes. Para desenvolvimento desta ação, o Programa Pantanal contava com o apoio de uma consultora residente em Mato Grosso do Sul, que articulava as ações dos Estados de MT e MS com a SRHU e os demais parceiros.

Em 2007, iniciou-se um Projeto de Recuperação de Microbacias Críticas no Pantanal, pois este bioma vem sofrendo agressões nos planaltos adjacentes, causando profundos impactos nos recursos naturais da planície inundável. Atualmente, os impactos ambientais e socioeconômicos no Pantanal são bastante evidentes, decorrentes da inexistência de um planejamento que garanta a sustentabilidade dos recursos naturais desse bioma, principalmente devido a expansão desordenada e rápida da agropecuária, com a utilização de agroquímicos, a exploração de minérios e a poluição das cidades.

Neste contexto, destacamos a sub-bacia do rio Taquari, onde estão permanentemente inundadas uma área de cerca de 11.000 Km², decorrente do assoreamento de partículas de solo provenientes do planalto adjacente. Com vistas a minimizar esta situação, foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, o qual culminou na liberação de recursos para esta região, oriundos de emenda parlamentar, por intermédio do Fundo Nacional de Meio Ambiente -FNMA/MMA.

Desta forma, foram repassados R\$ 4.250.000,00 para o Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul -SEMAC/MS e da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo de Mato Grosso do Sul (PRODETUR), e suas vinculadas IMASUL (Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul) e AGRAER (Agência de Desenvolvimento, Assistência Técnica e Extensão Rural), respectivamente.

Os recursos foram transferidos em julho de 2008, porém devido a problemas com a contratante, ainda não foram desbloqueados, não podendo ser utilizados. Estão previstos: a criação de uma rede de viveiros para terminação de mudas produzidas por um viveiro mãe; a recuperação de sete micro bacias degradadas na região do Alto rio Taquari; e a elaboração de um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

A remoção da vegetação nativa nos planaltos para implementação de lavouras e de pastagens, sem considerar a aptidão das terras e a adoção de práticas de manejo e conservação de solo, além da destruição de *habitats*, acelerou os processos erosivos nas bordas do Pantanal. A consequência imediata tem sido o assoreamento dos rios na planície, a qual tem intensificado as inundações, com sérios prejuízos à fauna, flora e economia do Pantanal, sendo que o assoreamento do Rio Taquari constitui, hoje, o principal problema do Pantanal e de Mato Grosso do Sul.

A pecuária, principal atividade econômica, desta região tem sido drasticamente afetada. Neste sentido, foram realizadas reunião com vistas a fomentar a recuperação de outras regiões degradadas no Pantanal, a exemplo das sub-bacias dos Rios Aquidauana/Miranda – MS e das nascentes do Rio Paraguai – MT.

Recursos no valor de R\$ 263.650,65 foram utilizados pela Secretaria de Planejamento Orçamento e Administração – SPOA/MMA para o pagamento de servidores contratados temporariamente, servidores estes que atuam no Programa de Revitalização, mais especificamente no desenvolvimento de atividades do Programa Pantanal.

Em novembro de 2008 recebemos da Secretaria de Estado e Meio Ambiente do Mato Grosso-SEMA/MT proposta de convênio no valor de R\$ 1.797.101,77, sendo R\$ 1.617.312,89 do concedente e R\$ 179.788,88 do convenente. Para o ano de 2008 estava previsto um repasse de R\$ 535.529,00.

O convênio visa apoiar o Projeto Conservação e Recuperação de APP's na Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai, com objetivo de realizar a restauração das APP's degradadas, a partir do controle dos processos erosivos e diretrizes de uso e ocupação das terras nas nascentes do rio Paraguai (Sete Lagoas e Paraguzinho), nas nascentes do Rio Taquari e nascentes do Rio São Lourenço, visando garantir o desenvolvimento econômico destas regiões baseado no uso racional dos recursos naturais.

Ainda em novembro recebemos da AGRAER/MS proposta de convênio no valor de R\$ 390.565,94, sendo R\$ 351.439,35 do concedente e R\$ 39.126,59 de contrapartida. A proposta do convênio tem como objetivo apoiar a implantação de uma Unidade Demonstrativa de Recuperação

e Conservação Ambiental de Áreas Degradadas em Micro-bacias críticas nas Sub-bacias dos Rios Miranda e Aquidauana.

Ambas propostas foram analisadas e aprovadas tecnicamente, porém em razão das novas normas para formalização de convênios, não houve tempo hábil para a formalização dos dois convênios, mas vários foram os esforços no sentido de atender aos pleitos pois, os projetos são de suma importância para a recuperação e preservação do Bioma Pantanal, dada essa necessidade as propostas estão sendo analisadas novamente e terão continuidade em 2009.

Os recursos desta ação em 2008 foram empenhados para contratação de consultores, visando apoiar as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Pantanal, principalmente aquelas que se referem à implementação e acompanhamento dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, lançado em Dezembro de 2008 e para continuidades das atividades voltadas para o fortalecimento da Bacia do Alto Paraguai, declarada Reserva da Biosfera pela UNESCO.

Tabela 6 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	1.255.529,00	789.790,00	62,90
Física	19	0	0

2.3.1.1.3. Ação 8412 - Disseminação de Boas Práticas de Manejo e Conservação de Bacias Hidrográficas

Tabela 7 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar e difundir, junto aos atores governamentais e sociais das bacias com vulnerabilidade ambiental selecionadas, praticas pilotos sustentáveis de conservação e manejo de bacias hidrográficas, através da implementação de pequenas intervenções de cunho experimental e de baixo custo.
Descrição	Apoio à adoção e disseminação de tecnologias experimentais de baixo custo visando a conservação ambiental, o manejo adequado das bacias e dos recursos naturais, configurando-se instrumento central para a promoção da mobilização social em torno dos recursos naturais em nível local.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Coordenador nacional da	Júlio Thadeu Silva Kettelhut

ação	
Unidades executoras	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Áreas (dentro da UJ) responsáveis pelo gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	----

Resultados

O projeto de Revitalização Integrada de Igarapés na Bacia do Rio Acre, no valor de R\$ 400.000,00, foi apoiado por intermédio de convênio firmado com o município de Rio Branco, estado do Acre. Este projeto objetiva desenvolver atividades de educação ambiental, limpeza, desobstrução e revitalização dos Igarapés Cigana, Arena, e São Paulo, no município de Rio Branco, por isso foram repassados recursos disponíveis das Ações “Disseminação de boas práticas de manejo e conservação de bacias hidrográficas nacional” - 8412 (R\$ 200.000,00) e “Apoio ao controle de resíduos” - 20AO (R\$ 200.000,00).

O objeto da proposta desse projeto mostra-se em conformidade com os objetivos da ação 8412, coordenada pela SRHU/MMA, uma vez que a implementação do projeto promoverá maior proteção aos recursos hídricos de parte dos igarapés da bacia do Rio Acre, e subsequente revitalização com as atividades de desassoreamento, depositados nos leitos desses cursos d’água ao longo dos anos, oferecendo maior preservação da bacia do Rio Acre.

Esclarece-se que o Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas (PR-BH) inserido no PPA 2008-2011, prioriza o processo de revitalização nas seguintes Bacias Hidrográficas: São Francisco; Tocantins-Araguaia; Paraíba do Sul; e Alto Paraguai.

Neste sentido, para aumentar a abrangência de atuação deste Programa, prioriza-se o recurso disponibilizado por esta ação, para atender as regiões que não possuem previsão orçamentária no PPA, como é o caso deste projeto na bacia do Rio Acre, no qual verifica-se que a Prefeitura Municipal de Rio Branco, vêm trabalhando de forma participativa junto às comunidades.

Durante o período de execução do projeto, serão realizadas nas comunidades e escolas próximas aos igarapés, atividades de mobilização, educação e sensibilização ambiental com foco nos recursos hídricos. Acrescenta-se ainda ações de recuperação de áreas degradadas, cultivo de plantas, revitalização de nascentes, rios e igarapés locais e contínuo monitoramento das margens,

como exemplos de atividades que integradas à educação ambiental e participação comunitária geram resultados efetivos, nesta ação de disseminação de boas práticas.

A ação também apoiou o Programa Água Doce custeando o valor de R\$ 12.894,20 para a publicação de *folders* explicativos do Programa. Os *folders* tiveram como objetivo explicar de forma sucinta e clara a metodologia e objetivos do Programa e disseminar as práticas desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA Semi-árido para a melhoria da qualidade de vida e convivência com o semi-árido.

Em, dezembro de 2008, foram empenhados R\$ 234.163,60 em custeio visando dar continuidade às ações dos programas Água Doce e Revitalização de Bacias Hidrográficas em situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental, principalmente no que diz respeito ao acompanhamento e fiscalização dos projetos já em andamento e promoção de atividades que fortaleçam os citados programas e a consciência ambiental e ecológica das localidades envolvidas.

Tabela 8 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	700.000,00	447.337,80	63,91
Física	7,00	2,00	28,57

2.3.1.1.4. Ação 101U - Implantação de Banco de Dados Ambientais das Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental

Tabela 9 – Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Disponibilizar informações socioambientais sobre a situação qualitativa e quantitativa dos recursos naturais e as condições socioambientais dessas bacias prioritárias, efetivar sistemas de informação e gestão ambiental dessas bacias para subsidiar a tomada de decisões, assim como para divulgar a implementação do programa e o processos de revitalização para a sociedade em geral.
Descrição	Implantação de infra-estrutura, com aquisição de equipamentos, instalação e desenvolvimento de sistemas informatizados para prospectar, receber, tratar, articular, divulgar, sistematizar e consolidar dados e informações sobre a quantidade e qualidade dos recursos naturais e as condições socioambientais das principais bacias hidrográficas nacionais que apresentam vulnerabilidades ambientais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Coordenador nacional da	Júlio Thadeu Silva Kettelhut

ação	
Unidades executoras	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Áreas (dentro da UJ) responsáveis pelo gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	----

Resultados

A ação Banco de Dados continua sendo estratégica para o Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas, em função da complexidade que envolve o Programa, frente à gama de atividades temáticas desenvolvidas, ao caráter descentralizado, e à dimensão (nacional) da área de atuação.

Os bancos de dados da revitalização continuam a ser construídos e alimentados com o objetivo de fortalecer as bases de dados disponibilizadas ao público em geral e, também, utilizadas como suporte à decisão das ações de Revitalização. Ressalta-se que, desde o início, as bases de dados da Revitalização têm sido desenvolvidas e alimentadas integralmente dentro do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente – SINIMA, a fim de que não seja desenvolvido um banco de dados paralelo ao sistema de informações do Ministério do Meio Ambiente.

Em 2008, a ênfase dos trabalhos da ação Banco de Dados continuou a ser o desenvolvimento de diversos bancos de dados no Sistema de Georreferenciamento de Programas-SIGEPRO, a fim de potencializar os dados disponibilizados nos diversos sistemas de informações que utilizam informações da revitalização, dentre eles o Sistema de Informações da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – SISFRAN. Foram desenvolvidos acordos para, além do constante desenvolvimento do SISFRAN, dar início ao desenvolvimento do Sistema de Informações da Bacia Hidrográfica do dos Rios Tocantins e Araguaia-SITOAR, Sistema de Informações da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul- SIPSUL, Sistema de Informações da Bacia Hidrográfica do rio Parnaíba – SIPARNAIBA e do Sistema de Informações da Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai – SIALPAR, todos a serem criados utilizando-se as bases de dados do SINIMA.

Para o desenvolvimento e para a melhoria das informações disponibilizadas nesses sistemas, a fim de acelerar a aquisição de dados relacionados às bacias hidrográficas do Tocantins- Araguaia e do Parnaíba, optou-se por dar início ao Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE dessas duas unidades hidrográficas, sendo repassados para o Departamento de Zoneamento Territorial – DZT da

Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR o montante de R\$ 480.000,00.

O ZEE, além de funcionar como uma ação catalisadora de aquisição de dados atualizados sobre essas regiões, proporciona a geração de uma série de informações imprescindíveis ao planejamento das ações de revitalização.

Dessa forma, os recursos direcionados para o desenvolvimento dessas atividades, acabam por gerar retornos diretos e indiretos ao Programa de Revitalização, visando a promoção da gestão integrada do território na perspectiva do desenvolvimento sustentável, considerando, ainda, as diversidades regionais, os biomas, as bacias hidrográficas e as regiões geoeconômicas, a fim de aprimorar os instrumentos e mecanismos de planejamento, gestão e resolução de conflitos, orientando-os para a participação democrática e o controle social.

Após a realização do ZEE da bacia, será possível estabelecer o potencial econômico destas regiões e definir formas de uso sustentável, informações primordiais para um programa em construção, como é o caso do PROTAR e para a elaboração do Plano de Revitalização da Bacia do Rio Parnaíba.

Parte dos trabalhos da ação Banco de Dados, ao longo de 2008, envolveu o levantamento de todas as ações de saneamento, do Governo Federal, que estão sendo desenvolvidas por todo o país. Tendo em vista que essas ações são fundamentais para o processo de revitalização de bacias hidrográficas, o objetivo de tal levantamento foi analisar como o Governo Federal está trabalhando a revitalização de bacias hidrográficas em todo o território nacional. Esse trabalho foi apoiado pela Casa Civil. O levantamento deverá ser concluído no início de 2009.

Além disso, no ano de 2008, foi realizada intensa atividade de articulação institucional estratégica entre os parceiros do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas no âmbito do Governo Federal com o objetivo de fortalecer o processo de alimentação das bases de dados do Programa via SIGEPRO.

Dentre as ações de articulação, foi realizada uma Oficina do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas, em julho de 2008, ocasião em que estiveram presentes todos os parceiros do Programa, tanto do Ministério do Meio Ambiente, como dos demais Ministérios.

Como consequência do processo de articulação, vários desses parceiros passaram a alimentar o SIGEPRO, caracterizando-se como uma conquista dos trabalhos de integração desenvolvidos. Dentre os resultados, percebeu-se melhora significativa nos dados apresentados no SINIMA referentes à revitalização, principalmente das informações que são apresentadas no SISFRAN.

Os trabalhos de atualização e melhoria das informações que são disponibilizadas pelo SISFRAN foram realizados de maneira contínua em 2008, em função da maior parte das ações do Programa serem desenvolvidas na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Dentre as novas informações geradas e acrescentadas ao sistema de informações, cita-se o Banco de Dados da Produção Técnico-Científica do Plano de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Tabela 10 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	761.000,00	414.000,00	54,40
Física	50	25	50

2.3.1.1.5. Ação 101R - Recuperação e Preservação da Bacia do Rio Paraíba do Sul

Tabela 11 – Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Recuperar, conservar, preservar e recompor os recursos naturais da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, de maneira integrada e associada permanentemente a um forte processo de articulação interinstitucional, mobilização e capacitação social e de educação ambiental com o conjunto de atores sociais e governamentais envolvidos com o processo de revitalização e integrando os Sistemas Nacionais de Meio Ambiente e de Gerenciamento de Recursos Hídricos visando a revitalização e o desenvolvimento sustentável dessa bacia.
Descrição	Promoção e apoio a ações de recuperação, conservação, preservação, manejo e uso sustentável dos recursos naturais da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, através da implementação de atividades socioambientais e ações de revitalização ambiental voltadas a recuperação de seus recursos naturais, principalmente em suas áreas degradadas e de recarga de aquíferos, incluindo o reflorestamento e a recuperação de áreas de proteção permanente, a recomposição da cobertura vegetal, a redução dos processos erosivos, a mitigação de impactos ambientais, a promoção da melhoria e gestão dos recursos pesqueiros, a conservação da biodiversidade, a gestão racional dos recursos hídricos, e ainda difundir práticas de recuperação e preservação ambiental, assim como promover a educação ambiental, a mobilização e capacitação socioambiental, a articulação interinstitucional e sociocultural, como também apoiar e disseminar técnicas agrícolas sustentáveis e atividades ecológicas em comunidades tradicionais, além de atividades ecoturísticas e socioambientais, entre outras na bacia, somadas a um forte processo de articulação permanente, com o conjunto de atores sociais e governamentais envolvidos com o processo de revitalização e de desenvolvimento sustentável da bacia, integrando inclusive os Sistemas Nacionais de Meio Ambiente e de Gerenciamento

	de Recursos Hídricos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Coordenador nacional da ação	Júlio Thadeu Silva Kettelhut
Unidades executoras	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Áreas (dentro da UJ) responsáveis pelo gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	----

Resultados

Esta ação, no ano de 2008, contou com uma intensa atividade de articulação institucional estratégica para o fortalecimento de parcerias com os principais atores da bacia hidrográfica, em especial seu Comitê de Bacias – CEIVAP, e sua respectiva Agência de Bacias – AGEVAP, com intuito de promover a elaboração do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul, enquanto instrumento de planejamento das atividades de revitalização locais.

Além desta atividade de articulação foi viabilizada a execução e acompanhamento do Projeto Piloto Barra Mansa, no estado do Rio de Janeiro, que objetiva elaborar o Plano de Revitalização da Bacia do Rio Barra Mansa, estabilizando a totalidade de 500 *hectares*, a partir da integração e sistematização de dados georeferenciados e da elaboração de indicadores de sustentabilidade.

O projeto, diante dos objetivos estabelecidos deverá subsidiar a elaboração das diretrizes, linhas de ação e sub-programas que deverão compor o referido Plano de Revitalização da Bacia do Paraíba do Sul. Em decorrência do desenvolvimento deste projeto foi programada a consolidação de dois outros Projetos Pilotos, com formatos bastante similares ao primeiro, a serem realizados em cada um dos outros dois estados que compõe a bacia hidrográfica, o estado de São Paulo e o estado de Minas Gerais, respectivamente nas bacias do rio uma e Rio Paraopeba.

Ambos projetos supracitados, no valor de R\$ 400.000,00 foram encaminhados pela proponente, AGEVAP – Agência da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, e encontram-se em fase de análise técnica e jurídica para aprovação da proposta, desde novembro de 2008. Desta forma atualmente os principais atores institucionais dos três estados da bacia encontram-se articulados, na espera de que sejam firmados os convênios para a execução dos Projetos.

O apoio a este projeto não foi possível em 2008, em decorrência de ajustes no estabelecimento de um efetivo fluxo de informações entre o MMA, a Agência Nacional de Águas – ANA e a AGEVAP, principais parceiros institucionais para o desenvolvimento da ação, e em especial devido a redução do tempo previsto para que os ajustes necessários a fim de adequar os projetos para que fossem realizados, conforme orientações da Consultoria Jurídica deste Ministério.

Tal situação de falta de tempo hábil para ajustar conforme as normas jurídicas e morosidade da análise, inviabilizou também o Projeto de Avaliação de modelos de uso sustentável de áreas de mata ciliar da bacia do rio Paraíba do Sul, em parceria com a Embrapa de Juiz de Fora/MG.

O projeto tinha como objeto a implantação e avaliação, técnica e econômica, de diferentes modelos de sistemas agrossilvipastoris, como alternativa de ocupação sustentável das áreas de mata ciliar da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Além de subsidiar políticas públicas voltadas para o meio ambiente e o desenvolvimento socioeconômico do meio rural.

Dessa feita, para desenvolvimento da ação de Recuperação e Preservação do Rio Paraíba do Sul (101R), foi executado 75% do recurso disponibilizado, ou seja, R\$ 150.000,00 de custeio para contratação de consultores para a elaboração do Plano de Revitalização da Bacia do Rio Paraíba do Sul e para apoio às atividades de continuidade às articulações estratégicas para o desenvolvimento e fortalecimento do Projeto Piloto do Rio Barra Mansa, em conjunto com a ANA, ação extremamente importante para o sucesso do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental.

Em virtude disto a meta física desta ação não foi alcançada, pois é difícil aferir as ações na bacia realizadas em 2008, em área estabilizada a ser medida em *hectares*. Por isso sugeriu-se na revisão qualitativa do PPA em 2008, a modificação do produto e conseqüentemente de sua unidade de medida e suas metas, a fim de contemplar a efetivação de todos os projetos prioritários a serem desenvolvidas na bacia do Paraíba do Sul.

A proposta de alteração, já modificado no PPA de 2009, baseia-se na adoção da sub-bacia hidrográfica como unidade de medida, pois esta constitui uma alternativa prática para concentrar as ações de revitalização a fim de atingirem um produto mais efetivo e uma visibilidade maior.

Apesar deste contratempo, evidencia-se o aumento da demanda de recursos para essa ação que deverá atender a extensa área da bacia hidrográfica que encontra-se em situação de vulnerabilidade ambiental. Destaca-se ainda o incremento das atividades antrópicas na referida bacia e suas conseqüências negativas na quantidade e qualidade de água da região hidrográfica.

Torna-se importante ressaltar o aspecto político e estratégico do desenvolvimento destas atividades para o sucesso do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de

Vulnerabilidade e Degradação Ambiental, por sua potencial estrutura modelar que permite sua implementação, com os devidos ajustes às particularidades regionais, em outras bacias hidrográficas em situação de vulnerabilidade.

Tabela 12 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	200.000,00	150.000,00	75
Física	500	0	0

2.3.1.1.6. Ação 101P - Recuperação e Preservação da Bacia do Rio São Francisco

Tabela 13 – Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Recuperar, conservar, preservar e recompor os recursos naturais da bacia hidrográfica do Rio São Francisco visando sua revitalização e seu desenvolvimento sustentável.
Descrição	Recuperação, conservação, preservação, o manejo e uso sustentável dos recursos naturais da bacia hidrográfica, através da implementação de atividades socioambientais e ações de revitalização ambiental voltadas a recuperação dos recursos naturais, principalmente nas áreas degradadas e de recarga de aquíferos, incluindo o reflorestamento e a recuperação de áreas de proteção permanente, a recomposição da cobertura vegetal, a redução dos processos erosivos, a mitigação de impactos ambientais, a promoção da melhoria e gestão dos recursos pesqueiros, a conservação da biodiversidade, a gestão racional dos recursos hídricos, e ainda difundir práticas de recuperação e preservação ambiental, assim como promover a educação ambiental, a mobilização e capacitação socioambiental, a articulação interinstitucional e sociocultural, como também apoiar e disseminar técnicas agrícolas sustentáveis e atividades ecológicas em comunidades tradicionais, além de atividades ecoturísticas e socioambientais, entre outras na bacia, somadas a um forte processo de articulação permanente, com o conjunto de atores sociais e governamentais envolvidos com o processo de revitalização e de desenvolvimento sustentável da bacia, integrando inclusive os Sistemas Nacionais de Meio Ambiente e de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Coordenador nacional da ação	Júlio Thadeu Silva Kettelhut
Unidades executoras	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Áreas (dentro da UJ)	Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas

responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	----

Resultados

A ação 101 P é coordenada pelo DRB/SRHU/MMA, desde 2007, com o apoio do Ministério da Integração Nacional. Os resultados alcançados com esta ação envolvem a efetivação das 5 (cinco) áreas temáticas do Programa de Revitalização do rio São Francisco: Gestão e Monitoramento, Fortalecimento Institucional e Socioambiental, Proteção e Manejo dos Recursos Naturais, Qualidade e Saneamento Ambiental e Economia Sustentável.

De início, destaca-se que com relação ao indicador área estabilizada, a meta física para a ação de recuperação da bacia do Rio São Francisco, era a estabilização de 30.023 *hectares* para o ano de 2008. Foram estabilizados 20.180 *hectares*, em um total de 66,75 % da meta física prevista. Ressalta-se a difícil mensuração e a imprecisão deste indicador para aferir os resultados deste Programa, em função da complexidade das ações realizadas diretamente pelo Programa.

Do ponto de vista quantitativo considera-se inadequado a meta física, como área estabilizada medida em *hectares*. Por isso sugeriu-se na revisão qualitativa do PPA em 2008, a modificação do produto e conseqüentemente de sua unidade de medida, a fim de contemplar a efetivação de todos os projetos prioritários deste Programa. A proposta de alteração, foi aceita e já modificada para 2009, tendo com base a adoção de sub-bacia hidrográfica com intervenção, como unidade de medida, pois esta constitui uma alternativa prática para concentrar as ações de revitalização a fim de atingirem um produto mais efetivo e uma visibilidade maior.

O resumo de ações em andamento em 2008 está representado pelo conjunto das principais atividades e projetos apoiados diretamente pelo Governo Federal, que privilegia a articulação intergovernamental e a gestão ambiental integrada sustentável, a partir de parcerias com ações do PPA, com outros órgãos federais, com as secretarias do MMA e suas vinculadas, além de convênios com estados e municípios, contando com ampla participação social.

Na área de Gestão e Monitoramento, priorizou-se o projeto de elaboração de “Cenários Prospectivos para o Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco”, em parceria com a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR/MMA. O projeto compõe a última etapa do processo de elaboração do Macrozoneamento da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, apoiado com recursos do Programa em 2007. Essa etapa

não tem sido, usualmente, realizada na elaboração de Zoneamentos Ecológico-Econômicos realizados no país, mas compõe parte fundamental ao êxito das ações de planejamento territorial.

O projeto, no valor de R\$ 320.000,00 prevê a contratação de consultoria especializada para sua execução e posterior disponibilização de softwares e treinamento dos técnicos a fim de prepará-los para dar continuidade às ações de planejamento relacionadas aos cenários desta bacia e para realizar a aplicação da mesma metodologia em novos projetos. A função estratégica destes cenários do Zoneamento, consiste em proporcionar uma visualização das alternativas possíveis para a região, assim como as condições viáveis de um desenvolvimento com e sem sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Com relação a área de Fortalecimento Institucional e Socioambiental, foi investido recurso, no valor de R\$ 292.000,00, para fortalecer as instâncias de governança regional os Conselhos Municipais de Meio Ambiente - CONDEMAS dos 50 (cinquenta) municípios alagoanos da bacia do Rio São Francisco, por intermédio de convênio firmado com a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Alagoas – SEMARH/AL.

Os trabalhos propostos no projeto objetivam promover articulação intra e intergovernamental para implementar ações de conservação e recuperação ambiental, capacitando 408 pessoas, membros dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, para atuarem na organização e no funcionamento destes CONDEMAS. Com este projeto, espera-se maior participação da sociedade civil nas decisões a serem tomadas para as questões ambientais locais, em especial, quanto à revitalização das bacias hidrográficas de Alagoas.

Em complementação a esta área temática, destaca-se a educação ambiental que é considerada essencial na busca da transversalidade entre as demais áreas deste programa. A fim de realizar a articulação e integração das ações a serem implementadas na bacia do São Francisco com vistas a promover o fortalecimento interinstitucional e a promoção da revitalização na bacia, foi repassado recurso, no valor de R\$ 1.500.000,00, para possibilitar a consecução de atividades relacionadas a Educação Ambiental na bacia, como elaboração de editais de apoio a projetos prioritários, seminários, oficinas, em parceria com o Departamento de Educação Ambiental da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental/DEA/SAIC/MMA.

Para proteção e manejo dos recursos naturais apoiou-se a implantação e desenvolvimento de ações do Centro de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas - CR-ad do São Francisco no bioma Cerrado- Paracatu (projeto proposto pela Universidade de Brasília-UNB, no valor de R\$ 378.800,00) e a implantação do CR-ad do Baixo São Francisco – Maceió/AL (projeto proposto pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL no valor de R\$ 163.700,00).

O Programa ainda apóia outros 2 (dois) projetos de implantação e custeio destes CR-ads, em parceria com a Universidade Federal de Lavras – UFLA, em Arcos/MG, no valor de R\$ 400.000,00 e com a Universidade do Vale do São Francisco – UNIVASF em Petrolina/PE e Juazeiro/BA, no valor de R\$ 250.000,00.

A implantação dos Centros de Referência de Recuperação, na bacia do rio São Francisco, integra o esforço do MMA, em estabelecer uma política pública voltada para viabilizar o cumprimento das metas previstas no Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, que prevê a recuperação da cobertura florestal e estabelece metas importantes, tais como o estímulo à implantação das rede de sementes; a construção de viveiros para possibilitar experimentos florestais e o treinamento de produtores de mudas; bem como, a realização de plantios demonstrativos, da sistematização e divulgação dos resultados obtidos e o monitoramento geral das atividades.

Menciona-se também o lançamento e publicação do Plano Integrado de Desenvolvimento Florestal Sustentável da Bacia do São Francisco, documento elaborado pela Universidade Federal de Lavras- UFLA, sob a supervisão e o apoio logístico do MMA e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales São Francisco e Parnaíba- CODEVASF. Este Plano faz parte dos Estudos Estratégicos de Apoio ao Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco e objetiva articular esforços institucionais para proteger, manejar e recuperar os recursos vegetais desta bacia.

Foi repassado também recursos financeiros, no valor de R\$ 313.980,00, necessários para continuidade do projeto apresentado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTMA – Governo de Pernambuco, em parceria com a Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária – IPA e IBAMA/PE e conveniado no âmbito do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco – PRSF/MMA, em 2006. Este convênio desenvolve ações de recomposição de áreas de mata ciliar nas margens do Rio São Francisco e dos seus afluentes em Pernambuco: Pajeú, Moxotó, e Brigida e de processos educativos voltados para disseminar informações e conhecimento sobre a necessidade de proteger e conservar áreas de mata ciliar nesta bacia.

No que tange a proteção da biodiversidade dos recursos naturais, apoiou-se em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, o projeto de Monitoramento da Biodiversidade na bacia do São Francisco, no valor de R\$ 300.000,00, que tem o intuito de monitorar a biodiversidade a fim de definir alvos de ação para as políticas de conservação.

De sorte a registrar o atual do estado de conservação da biodiversidade na bacia do São Francisco, bem como as tendências/previsões do estado de conservação das espécies e ambientes monitorados, além de subsidiar a avaliação da efetividade dessas políticas. Este projeto faz parte do

Programa Brasileiro de Monitoramento da Biodiversidade e tem como um de seus objetivos gerar conhecimento para subsidiar à tomada de decisão para políticas públicas.

Outro projeto executado pelo ICMBio em parceria com o Programa é o projeto Conservação de onça pintada no sub-médio São Francisco, que para prosseguimento das atividades em execução foi repassado, recurso no valor de R\$ 200.000,00. Os principais resultados do projeto foram realização de expedições, com colocação de armadilhas fotográficas em pontos de amostragem e de relatórios que caracterizam o uso de habitat e determinam a densidade absoluta de onças-pintadas em áreas prioritárias para a conservação no bioma Caatinga, nesta região.

As informações preliminares realçam a necessidade de conservação destas áreas, para continuidade das espécies endêmicas de mamíferos. Trata-se de um projeto que envolve ações de atividades de manejo, pesquisa e conservação de mamíferos carnívoros na região do Sub-médio São Francisco obedecendo aos princípios e as diretrizes do Programa de Revitalização de modo a contribuir na implantação de estratégias de ação para a conservação de carnívoros e para ações de preservação, conservação e recuperação ambiental.

Destacam-se os resultados dos Projetos “Estatística e Desembarque Pesqueiro” e “Pesca Amadora no Médio São Francisco”, no valor de R\$ 306.500,00, executados em parceria com o IBAMA. O primeiro teve como produto a publicação do Censo Estrutural da Pesca na Bacia do São Francisco, que fez um levantamento da estrutura da pesca na calha do rio, com informações sobre as colônias de pescadores, frota, beneficiamento e conservação do produto e espécies capturadas, em 5 estados.

Foi iniciado ainda o planejamento das ações de Monitoramento dos Desembarques Pesqueiros na Bacia do Rio São Francisco – BHRSF, com a avaliação dos resultados de coletas de dados de ação piloto, que vai nortear os ajustes para o prosseguimento do trabalho. O segundo iniciou o diagnóstico da atividade da pesca amadora na cidade de São Francisco – MG. Estes projetos contribuem para o estabelecimento definitivo e seguro da metodologia de implementação de um programa contínuo de monitoramento da pesca, que proporcionará a base do conhecimento para a gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros neste ambiente.

Outros projetos do Programa de Revitalização do Rio São Francisco PR-SF, em parceria com o IBAMA, concluídos este ano, demonstram resultados significativos, como o projeto de “Monitoramento da Cobertura Vegetal da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco”, que desenvolveu um sistema de monitoramento, no qual realizou o levantamento sobre o desmatamento, relativo ao período de 2002 a 2007, em 65% da área da bacia; trabalhos de campo da fiscalização do IBAMA no oeste da Bahia e detecção de áreas desmatadas para subsidiar ações de fiscalização preventiva integrada no estado da Bahia.

Realizou ainda a definição de áreas prioritárias para fiscalização da Caatinga, na região de Ouricuri – PE, pólo gesseiro, localizado na bacia, como área piloto de adaptação da metodologia desenvolvida, aplicada em imagens de satélite de alta resolução.

O projeto “Controle de Queimadas”, que visa controlar e reduzir o uso do fogo em atividades agropecuárias, assim como os incêndios florestais na bacia do São Francisco, empreendeu a realização de cursos de formação de brigadas, com um total de 162 brigadistas formados, curso de formação de multiplicadores/extensionistas em queima controlada, com 24 multiplicadores formados, cursos de formação de professores da rede de ensino pública, com a participação de 165 professores e curso de Agentes Ambientais Voluntários, com 20 agentes capacitados, além de diversas campanhas educativas/orientativas e eventos temáticos, sobre o uso do fogo e seus efeitos.

O projeto “Agentes Ambientais Voluntários” que busca promover a cooperação entre governo e sociedade civil organizada na busca de soluções coletivas com vistas ao desenvolvimento local sustentável da Bacia do São Francisco, também encerrou suas atividades, este ano.

Dentre as principais ações realizadas cita-se a realização de 2 oficinas de formação de Agentes Ambientais Voluntários; a seleção e credenciamento de 30 agentes; o monitoramento das ações realizadas na margem do rio São Francisco, para cadastramento de 96 propriedades, orientando os proprietários sobre a revitalização das matas ciliares; a adesão de 40 proprietários ao projeto de revitalização das matas ciliares e ações junto à comunidade para o esclarecimento de dúvidas quanto a procedimentos de legalização e recuperação de áreas e atividades de disseminação de informações, em escolas e na comunidade rural, sobre a importância da preservação de APPs e cuidados com queimadas.

Outro Projeto executado pelo IBAMA, que concluiu a primeira etapa das ações propostas é a “Revitalização das Lagoas Marginais do Alto e Médio São Francisco” que dentre os resultados apresentados constam seis Campanhas de Campo para estudo de cinquenta e sete lagoas, sobre a localização, tamanho, forma, vegetação, pesca, piscicultura, espécies exóticas, atividades antrópicas, irrigação.

Para a execução do Projeto “Implantação dos Centros de Triagem – Cetas do São Francisco”, parceria IBAMA, MMA e CODEVASF, o IBAMA realizou a elaboração dos projetos arquitetônicos, elétrico, hidráulico, telefone e hidro sanitário para fossa séptica e definiu as áreas para a construção dos Cetas. O Projeto está aguardando a execução das ações da CODEVASF para a concretização dos resultados previstos.

No tocante ao cumprimento da execução financeira e física esclarecemos que a ação ficou abaixo da execução prevista, tendo em vista que inúmeras demandas relacionadas a revitalização da bacia do São Francisco foram apresentadas e não foi possível efetivá-las. Neste sentido, consideramos que em virtude da forma de atuação do Programa, a carência de recursos humanos e a dificuldade de formalização dos instrumentos de repasse dos recursos para apoiar projetos aprovados contribuíram para que os resultados desta ação ficassem abaixo do previsto.

Com isto, os seguintes projetos prioritários para o Programa não foram apoiados com recursos financeiros disponibilizados pela ação 101 P, por falta de tempo hábil de execução ou por apresentar pendências jurídicas:

- Projeto de Manejo Integrado da Micro-bacia do Ribeirão Jorge Pequeno no Município de Luz/MG. Objeto: Revitalizar a micro-bacia, visando atender a demanda desta área, aumentar a quantidade e a qualidade de água por meio de ações de controle de processos erosivos. Executor: Prefeitura Municipal de Luz. Recurso: R\$ 600.000,00;
- Projeto para monitoramento hidrológico e apoio às ações de previsão e acompanhamento de cheias no rio São Francisco - segunda fase. Objeto: Apoiar às ações de previsão e acompanhamento de cheias no Rio São Francisco, além de favorecer a avaliação das políticas adotadas que alteram o comportamento hidrológico da bacia em geral. Executor: Agência Nacional das Águas (ANA). Recurso: R\$ 1.680.000,00;
- Projeto de recomposição das áreas legalmente protegidas situadas nas propriedades rurais banhadas pelo Rio São Francisco (Projeto SOS São Francisco). Objeto: Mobilizar, proteger, recuperar e monitorar as áreas legalmente protegidas (Área de Preservação Permanente – APP/Matas Ciliares e Reserva Legal - RL) nas propriedades rurais margeadas pelo Rio São Francisco, desde os limites do PARNA Canastra em São Roque de Minas ao marco zero da Represa de Três Marias, totalizando uma área de preservação permanente estimada em 7.278,00 (sete mil duzentos e setenta e oito reais) *hectares*. Executor: IBAMA. Recurso: R\$ 200.000,00

Por fim, foram repassados R\$ 790.000,00 para dar continuidade as atividades de revitalização na bacia já acordadas com os parceiros em 2008, como a realização de oficinas, seminários e eventos sobre revitalização e R\$ 265.000,00 para pagamento de servidores contratados temporariamente pelo MMA que trabalharam no Programa.

Dessa feita, os resultados demonstram que os recursos alocados foram otimizados a partir das parcerias a fim de contribuir para minimizar a degradação ambiental e recuperar o regime natural dos recursos hídricos da bacia, bem como melhorar a qualidade de vida dos seus moradores.

Em suma, apesar das dificuldades enfrentadas na execução, a ação 101 P apresentou uma crescente demanda da sociedade e a necessidade de continuidade e sustentabilidade dos projetos em execução para êxito do Programa de Revitalização.

Tabela 14 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	6.984.741,00	4.662.768,52	66,76
Física	3.023	2.018	66,75

2.3.1.1.7. Ação 101Q - Recuperação e Preservação da Bacia dos Rios Tocantins/Araguaia

Tabela 15 – Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Recuperar, conservar, preservar e recompor os recursos naturais da bacia hidrográfica dos Rios Araguaia/Tocantins, de maneira integrada e associada, permanentemente a um forte processo de articulação interinstitucional, mobilização e capacitação social e de educação ambiental com o conjunto de atores sociais e governamentais envolvidos com o processo de revitalização. Integrando os Sistemas Nacionais de Meio Ambiente e de Gerenciamento de Recursos Hídricos visando a revitalização e o desenvolvimento sustentável dessa bacia.
Descrição	Promoção e apoio à recuperação, à conservação, à preservação, ao manejo e ao uso sustentável dos recursos naturais da bacia hidrográfica dos rios Araguaia/Tocantins, através da implementação de atividades socioambientais e ações de revitalização ambiental voltadas a recuperação dos recursos naturais, principalmente nas áreas degradadas e de recarga de aquíferos, incluindo o reflorestamento e a recuperação de áreas de proteção permanente, a recomposição da cobertura vegetal, a redução dos processos erosivos, a mitigação de impactos ambientais, a promoção da melhoria e gestão dos recursos pesqueiros, a conservação da biodiversidade, a gestão racional dos recursos hídricos, e ainda difundir práticas de recuperação e preservação ambiental, assim como promover a educação ambiental, a mobilização e capacitação socioambiental, a articulação interinstitucional e sociocultural, como também apoiar e disseminar técnicas agrícolas sustentáveis e atividades ecológicas em comunidades tradicionais, além de atividades ecoturísticas e socioambientais, somadas a um forte processo de articulação permanente, com o conjunto de atores sociais e governamentais envolvidos com o processo de revitalização e de desenvolvimento sustentável da bacia, integrando inclusive os Sistemas Nacionais de Meio Ambiente e de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Coordenador nacional da ação	Júlio Thadeu Silva Kettelhut
Unidades executoras	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por ou gerenciamento execução da ação	Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	----

Resultados

O Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins/Araguaia – PROTAR vem buscando refletir de forma prática o novo universo institucional e de práticas do desenvolvimento sustentável que o Ministério do Meio Ambiente vem conquistando como referência à gestão dos problemas ambientais combinadas com as intervenções no território quanto à prevenção e à mitigação da degradação ambiental a partir de bacias hidrográficas.

Assim como ocorre com a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, a Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia foi considerada, com base nos critérios de vulnerabilidade ambiental, como um dos sistemas prioritários para o Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas, tendo sido estrategicamente incluída no âmbito do Plano Plurianual 2004-2007 passando a dispor de recursos para desenvolver sua proposta para revitalização em bases participativas.

Em dezembro de 2004, o MMA celebrou, então, um convênio com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH - de Goiás com vistas a elaboração de documento das ações pretendidas a partir da articulação das instituições dos cinco estados que compõem a bacia hidrográfica, e também o Distrito Federal – DF, para que fossem envolvidas no processo. A SEMARH – GO se estabeleceu como secretaria executiva do Programa, recebendo recursos para os avanços necessários.

O convênio foi aditivado por quatro vezes ao longo de quatro anos, justificado pela complexidade político-sócio-ambiental, importância e dimensões da bacia hidrográfica. Fundamentalmente a proposta do plano de trabalho previa mecanismos para exercer as atividades de mobilização e articulação para obter dados suficientes no desenvolvimento das proposições de intervenção neste território. Em abril de 2007, o MMA tendo passado pelo processo de reestruturação do Ministério, criado o Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas, este

também sofre um processo de estruturação interna estabelecendo um novo arranjo dos Programas de Revitalização.

Uma das conseqüências do novo arranjo foi à necessidade de retomada e revisão do PROTAR. Novas propostas de diretrizes e estratégias para compor a articulação político-institucional foram definidas, nesse sentido, o MMA propôs um plano de trabalho ao convênio, de forma a adequá-lo às contingências atuais.

No início de 2008, já com as estrutura organizacional do DBR definida, deu-se a revisão do arranjo institucional do Programa Nacional de Revitalização. A partir desse fato, seria necessário adequar os programas de revitalização em andamento ao arranjo institucional.

O histórico da fase preparatória para a elaboração do PROTAR se deu com o planejamento em torno da metodologia proposta quanto aos próximos passos e estruturação de um programa com características inteiramente novas a partir das visitas de mobilização institucional e utilizando as ações de diagnóstico e projetos que estavam em desenvolvimento pela Agência Nacional de Águas - ANA para retomar, restaurar, revisar o PROTAR. Nesse sentido, foram realizados 12 eventos entre maio e outubro de 2008 organizada em uma visita às Secretarias de Meio Ambiente e/ou Secretaria de Recursos Hídricos e uma oficina de planejamento das ações prioritárias para o PROTAR por estado componente da bacia.

As visitas foram elementos estratégicos para gerar as condições político-institucionais necessárias ao contexto daquele momento seja no âmbito do DRB seja nos estados.

Os temas abordados nas reuniões foram:

- Nova estrutura do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas;
- Resultados obtidos pelo PROTAR;
- Desafios e oportunidades do PROTAR no Estado; e
- Definição dos próximos passos – realização da Oficina no Estado e realização de Oficina de Consolidação dos resultados.

O resultado final esperado do processo é a construção participativa da estrutura do novo Programa e elaboração do Plano de Trabalho da próxima fase do PROTAR para 2009.

A elaboração da metodologia das oficinas complementares as visitas às Secretarias no sentido de prover aos atores envolvidos no PROTAR e mobilizar outros, o estado da arte da construção do programa, as contribuições para os demais elementos do escopo do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica foram construídos neste primeiro momento pelos estados.

As apresentações e grupos de trabalho seguiram o modelo geral de formato de Seminário, com as apresentações temáticas dos palestrantes seguidos por debates, Grupos de Trabalho e consolidação dos resultados.

Os principais resultados obtidos pelas oficinas apontam, em síntese, as seguintes temáticas, objetivos e diretrizes para dar continuidade ao processo de construção do PROTAR:

- Estimular planos de desenvolvimento de emprego e renda local, incorporados aos critérios de sustentabilidade da bacia hidrográfica;
- Desenvolver ações que contribuam para a recuperação da capacidade de suporte pesqueiro;
- Desenvolver ações que contribuam para a recuperação da capacidade de suporte extrativista;
- Consolidar o aparelhamento institucional e inteligência interventiva nos programas locais de revitalização;
- Sistematização e socialização de base de dados;
- Promover o Levantamento de ações regionais (Estado) dos parceiros;
- Estabelecimento de uma metodologia para monitoramento das ações do Programa;
- Valorização do conhecimento tradicional;
- Incentivar o desenvolvimento de estudos técnico-científico dos problemas relacionados aos recursos naturais da bacia;
- Promover ações de integração entre atores locais e regionais;
- Elaborar e implementar ações estratégicas que contribuam para gerenciar conflitos de interesse;
- Elaborar ações estratégicas voltadas à captação de recursos;
- Consolidar os apoios institucionais via convênios; e
- Potencializar ações e formalizar parcerias a gestão local de revitalização, fortalecendo a participação do município na esfera do programa.

Como resposta inicial às demandas recebidas, em 2009 está previsto a elaboração do zoneamento econômico-ecológico da bacia, realizado pelo MMA. Este documento junto aos resultados dos seminários identificará e sistematizará toda a informação disponível sobre este território de forma a balizar a conformação do Programa de Revitalização, incluindo cenários

prospectivos e outros modelos que viabilizem superar as dificuldades técnicas e institucionais que a situação da bacia apresenta.

O recurso previsto para o ano de 2008, não foi executado por falta de limite orçamentário.

Tabela 16 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	300.000,00	0	0
Física	700	0	0

2.3.2. Programa 0515 – Infra-Estrutura Hídrica

Tabela 17 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Desenvolver obras estruturantes de infra-estrutura hídrica para o aumento da oferta de água de boa qualidade
Objetivos Específicos	Disponibilizar água bruta para usos múltiplos
Gerente do programa	João Reis Santana Filho
Gerente executivo	
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Júlio Thadeu Silva Kettelhut
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Adução de Água Bruta (Somatório da capacidade de adução de água bruta disponibilizada nas adutoras concluídas no ano) Reserva de Água em Barramentos e Açudes (Somatório da capacidade de acumulação de água nos projetos de barragens e açudes concluídos no ano)
Público-alvo (beneficiários)	Populações de regiões com baixa disponibilidade de recursos hídricos, concessionárias de serviços de saneamento e produtores dos setores primário e secundário

2.3.2.1. Principais Ações do Programa

2.3.2.1.1. Ação 8695 – Dessalinização de Água – Água Doce/Região Nordeste e Sudeste

Tabela 18 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Coordenar, promover e disciplinar a instalação, a recuperação e a gestão de sistemas de dessalinização de água, ambiental e socialmente sustentáveis, com tratamento e aproveitamento do rejeito e gestão comunitária, visando o estabelecimento de uma política pública permanente de acesso à água de boa qualidade para consumo humano, usando essa e outras tecnologias alternativas, em especial para as

	populações de baixa renda residentes em localidades difusas do semi-árido brasileiro.
Descrição	<p>Recuperação e instalação de sistemas de dessalinização de águas subterrâneas, captadas através de poços tubulares e, onde as condições o permitirem, associá-los à implantação de sistemas produtivos locais sustentáveis, que possuem como base o aproveitamento múltiplo do concentrado resultante deste processo, com base nos princípios da economia popular, solidária e sustentável, aumento de renda e segurança alimentar.</p> <p>Onde não for possível o aproveitamento múltiplo, esse concentrado será submetido a tratamento, de modo a não comprometer o meio ambiente.</p> <p>Do ponto de vista operacional, a ação está estruturada em núcleos estaduais - formados por representantes do poder público e da sociedade civil - sob coordenação dos órgãos de recursos hídricos estaduais e por núcleos locais das comunidades beneficiadas, gestores dos sistemas implantados.</p> <p>Ressalta-se a importância do componente capacitação na sustentabilidade da gestão local.</p> <p>O desenvolvimento da ação seguirá o estabelecido nos Planos Estaduais de implementação do Água Doce, construídos de forma descentralizada e participativa.</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano – SRHU
Coordenador nacional da ação	Júlio Thadeu Silva Kettelhut
Unidades executoras	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano/SRHU
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por ou gerenciamento execução da ação	Departamento de Bacias Hidrográficas/ DRB
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	---

Resultados

A região do semi-árido brasileiro é uma das maiores e mais populosas do país. Caracteriza-se pela irregularidade e má distribuição das chuvas, baixo Índice de Desenvolvimento Humano-IDH e presença de águas salobras e salinas no seu subsolo devido sua formação geológica. A utilização dessa água, normalmente por falta de opção, gera problemas de saúde pública na comunidade, agravando suas condições sociais e aumentando a mortalidade infantil.

Com o objetivo de atender prioritariamente o semi-árido brasileiro de forma econômica, social e ambientalmente sustentável, o Governo Federal formulou o Programa Água Doce- PAD e o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. O PAD é uma ação do Governo Federal coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, em parceria com instituições federais, estaduais, municipais e sociedade civil.

Visa o estabelecimento de uma política pública permanente de acesso à água de boa qualidade para o consumo humano, promovendo e disciplinando a implantação, a recuperação e a gestão de sistemas de dessalinização ambiental e socialmente sustentáveis para atender, prioritariamente, as populações de baixa renda em comunidades difusas do semi-árido. Lançado em 2004, o PAD foi concebido e elaborado de forma participativa durante o ano de 2003, unindo a participação social, proteção ambiental, envolvimento institucional e gestão comunitária local.

Possui como premissas básicas o compromisso do Governo Federal de garantir à população do semi-árido o acesso à água de boa qualidade, além de ser amparado por documentos importantes como a Declaração do Milênio, a Agenda 21 e deliberações da Conferência Nacional do Meio Ambiente.

O PAD está estruturado em quatro componentes: gestão, pesquisa, sistemas de dessalinização e sistemas de produção. O componente da gestão é responsável pela formação de recursos humanos, elaboração de diagnósticos técnicos e ambientais, pela mobilização social, sustentabilidade ambiental, manutenção e operacionalização dos sistemas, além de dar o apoio ao gerenciamento e manutenção dos sistemas. O componente pesquisa é direcionado à otimização dos sistemas de produção com o aprofundamento dos conhecimentos em plantas halófitas, nutrição animal e piscicultura.

Um dos avanços do Programa é a preocupação com a gestão dos sistemas de dessalinização, a mobilização social e a destinação adequada do efluente concentrado resultante do processo. Com esse objetivo estão sendo implantados tanques de contenção do concentrado que protegem os solos, impedindo sua desagregação causada pelo sódio reduzindo, assim, sua suscetibilidade ao processo de desertificação.

Onde as condições técnicas permitem são implantados as Unidades Demonstrativas – UD do Programa Água Doce. As UDs são sistemas de produção integradas, desenvolvidas pela Embrapa Semi-Árido, onde são realizadas visitas, exposições, aulas e demonstrações do processo produtivo com o objetivo de replicação do modelo. É uma alternativa de uso adequado para o efluente do sistema de dessalinização, onde, além de fornecer água potável para o consumo

humano, seu efluente é utilizado para a criação de tilápias, posteriormente à irrigação de erva-sal que, por sua vez, é utilizada para a produção de feno para a engorda de caprinos e/ou ovinos.

O sistema pode propiciar assim, além de água, segurança alimentar e pequeno aumento de renda com a engorda dos animais. As unidades servem ainda de vitrines que divulgam os avanços das tecnologias de convivência com o semi-árido.

Em 2008 foram realizadas várias ações de apoio ao Programa Água doce – PAD, beneficiando comunidades localizadas na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, no âmbito do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco reforçando a gestão a desses programas.

O Programa, em parceria com a Fundação Banco do Brasil – FBB e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, desenvolveu diversas atividades na região semi-árida, como a implantação de UD's, recuperação e instalação de sistemas de dessalinização, elaboração de diagnósticos técnicos, atividades de articulação e fortalecimento institucional, mobilização social e sustentabilidade ambiental. Em 2008 foi implantada a UD no Estado do Piauí, com recursos da FBB, e iniciadas as obras em outros quatro estados, com previsão de inauguração para o segundo trimestre de 2009 (AL, RN, PB e CE). Foram realizados diagnósticos para a recuperação de novos sistemas de dessalinização e feitas recuperações de sistemas nos Estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Ademais, foi realizada a Oficina de Acompanhamento e Planejamento das Ações do Programa Água Doce em novembro na Paraíba, com a participação de 73 técnicos dos 10 estados que integram o PAD, representantes de órgãos relacionados com as políticas do Programa nos estados e os parceiros nacionais: FBB, BNDES e Serviço Geológico Brasileiro (CPRM). Até o momento o PAD beneficiou mais de 40 mil pessoas em 42 localidades de 6 estados do Nordeste, com planos de atingir os demais estados da região em 2009, ampliando suas ações para garantir o acesso à água de qualidade nas comunidades difusas do semi-árido.

Essa ação reforça a estrutura proposta pelo Programa de Revitalização incorporando a preocupação pelo desenvolvimento de economias sustentáveis e valorizando as práticas de convivência com o semi-árido. Promove o fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos atuando, articuladamente, com os órgãos estaduais competentes e usuários. Portanto, apóia o desenvolvimento de ações de articulação e estruturação institucional e ações de mobilização social e sustentabilidade ambiental, necessárias ao emprego da metodologia proposta pelo programa.

Em novembro de 2008 na cidade de João Pessoa/PB foram realizadas articulações no sentido de firmar parceria por meio de convênio com a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da

Paraíba – FAPESQ, tendo como objeto dar continuidade às ações de gestão do Programa Água Doce por meio da formação de recursos humanos, da realização de diagnósticos técnicos e ambientais, de inovações tecnológicas e do monitoramento e manutenção dos sistemas de dessalinização, aplicando a metodologia proposta pelo Programa, garantindo a melhoria da qualidade de vida das populações de baixa renda e da convivência com o Semi-Árido.

Após o recebimento da proposta e do projeto, estes foram analisados e aprovados tecnicamente, porém em razão das novas normas para formalização de convênios, não houve tempo hábil para a formalização do convênio, mas vários foram os esforços no sentido de atender ao pleito, pois, o projeto é de suma importância para a continuidade das ações do programa.

Recursos no valor de R\$ 89.000,00 foram utilizados pela SPOA/MMA para o pagamento de servidores contratados temporariamente, servidores estes que atuam no Programa de Revitalização, mais especificamente no desenvolvimento de atividades do Programa Água Doce.

Os recursos de custeio desta ação foram empenhados em dezembro de 2008 visando à contratação de consultores para o acompanhamento das ações desenvolvidas pelo Programa Água Doce, principalmente no que refere à elaboração dos planos estaduais e das atividades de gestão e elaboração dos diagnósticos e apoio à realização dos eventos, tais como reuniões, oficinas, encontros visando à capacitação dos envolvidos no programa; troca de experiências; aprofundamento de conhecimentos e motivação.

Devido aos bons resultados alcançados pelo Programa Água Doce, seja quanto ao fornecimento de água de boa qualidade, por meio de sistemas de dessalinização, redução dos impactos ambientais, gestão dos sistemas de dessalinização, seja quanto à redução dos problemas de saúde da população, sua continuidade é imprescindível a fim de garantir o uso sustentável dos recursos hídricos e proporcionar condições dignas à população rural difusa da região.

Tabela 18 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	1.799.546,00	1.689.546,00	93,89
Física	11	00	0

2.3.3 Programa – 8007 – Resíduos Sólidos Urbanos

Tabela 19 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico - Gestão de Políticas Públicas
Objetivo geral	Ampliar a área de cobertura e eficiência dos serviços públicos de

	manejo de resíduos sólidos, com ênfase no encerramento de lixões, na redução, no reaproveitamento e na reciclagem de materiais, por meio da inclusão socioeconômica de catadores.
Objetivos Específicos	Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.
Gerente do programa	Vicente Andreu Guillo
Gerente executivo	Silvano Silvério da Costa
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Vicente Andreu Guillo
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de cobertura de coleta de resíduos sólidos urbanos; Taxa de municípios com destino final adequado de Resíduos Sólidos.
Público-alvo (beneficiários)	População localizada em áreas de maior concentração de pobreza do país e/ou de fragilidade físico-ambiental; em municípios de pequeno e médio portes, nas periferias de grandes centros e de regiões metropolitanas.

2.3.3.1. Principais Ações do Programa

2.3.3.1.1. Ação 86AA – Desenvolvimento Institucional para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos

Tabela 20 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a modernização e a organização dos sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos, com vistas a elevar a capacidade técnica, administrativa e gerencial do prestador de serviços e a qualidade dos serviços prestados à população.
Descrição	Melhoria da capacitação de profissionais, da tecnologia local, das práticas de gerenciamento dos resíduos e elaboração de projetos e planos de Gestão Integrada e de Sistemas de informações para a gestão dos resíduos sólidos urbanos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Coordenador da ação	Silvano Silvério da Costa
Unidades executoras	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Ambiente Urbano/DAU

Resultados

Essa é a ação principal do Programa a cargo da SRHU. Preliminarmente é importante registrar que houve alteração na sua nomenclatura e indicadores para o PPA 2008-2011, ajustando dessa forma à mudança de paradigma no que se refere ao Ambiente Urbano, tomando como base a reestruturação do Ministério do Meio Ambiente, ocorrida em 2007.

Como uma das atividades desempenhadas no ano de 2008, podemos enfatizar o acompanhamento sistemático pelo DAU da tramitação do Projeto de Lei nº1991/2007, proposto pelo MMA, junto à Câmara dos Deputados, de forma a viabilizar a aceleração do processo de votação e aprovação de uma Lei que estabeleça a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a qual regulamentará a gestão dos resíduos, seguindo a determinados princípios, diretrizes e instrumentos.

Outras atividades relevantes desenvolvidas no âmbito da ação merecem destaque como a celebração de 5 (cinco) convênios com os seguintes estados: Acre, Ceará, Rio Grande do Norte, Pará e Santa Catarina. Estes convênios terão por finalidade a elaboração do Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PEGIRS, o qual orientará novos investimentos em resíduos sólidos.

O montante de recursos que será utilizado para o desenvolvimento dos PEGIRS é de R\$ 2.564.884,44, sendo R\$ 2.218.395,00 do MMA. Destacamos, ainda, o convênio firmado com o Município de Ariquemes – RO, com o objetivo de elaborar o Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos envolvendo 14 municípios na Região Norte do Estado de Rondônia-RO. O valor dispendido para a realização do projeto é de R\$ 200.000,00, sendo R\$ 179.000,00 do MMA.

Foram realizadas oficinas de trabalho durante o ano com objetivo de fortalecer a política de resíduos sólidos nas três esferas da Federação. Nesse sentido, entre os dias 12 e 15 de agosto foi realizada, em conjunto com o Ministério das Cidades, a Oficina de Trabalho: Regionalização e Gestão Associada de Serviços Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos e sua articulação com a gestão dos demais serviços públicos de saneamento básico.

A oficina foi uma atividade do componente "Gestão Associada em Resíduos Sólidos" da Cooperação Brasil-Itália em Saneamento Ambiental e teve por objetivo discutir estratégias de regionalização de serviços públicos de saneamento básico e confrontar experiências na gestão associada em Resíduos Sólidos. No encontro participaram integrantes do Governo Federal, de Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e de Municípios, além de Consultores do Ministério do Meio Ambiente, ao todo compareceram 44 pessoas.

Em, 29 de outubro, promoveu-se a Oficina de trabalho: Resíduos Sólidos Urbanos no âmbito

do Plano Nacional de Saneamento Básico. O evento teve como objetivos: contribuir para o planejamento estratégico e a formulação dos objetivos, diretrizes e metas do componente Resíduos Sólidos no âmbito do Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB; aprofundar o conhecimento e discutir a articulação das ações sob a responsabilidade de cada segmento no que diz respeito ao manejo dos Resíduos Sólidos Urbanos.

A oficina contou com representantes da Administração Federal – Direta e Indireta –, de Administrações Estaduais, de Associações municipais, de catadores, de organizações não-Governamentais, totalizando 80 participantes.

Outro evento importante ocorreu no período de 11 a 13 de novembro nominado Oficina de Trabalho: Regionalização e Gestão Associada de Serviços Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos e sua articulação com a gestão dos demais serviços públicos de saneamento básico, a qual teve como objetivo discutir estratégias de regionalização de serviços públicos de saneamento básico e confrontar experiências em curso no tema “gestão associada em Resíduos Sólidos”.

A Oficina visou capacitar os participantes para: a) interpretar e aplicar as leis nº 11.445/2007 (diretrizes gerais para os serviços públicos de saneamento básico) e nº 11.107/2005 (consórcios públicos e gestão associada de serviços públicos) na gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos; b) atuar na constituição de consórcios públicos regionais de saneamento básico e na elaboração dos respectivos protocolos de intenções; e c) interpretar e aplicar as exigências legais para a gestão de resíduos da construção civil e dos serviços de saúde (resoluções Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA e Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA). Participaram deste encontro representantes da Administração Federal, de Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, de municípios consorciados ou em processo de consorciamento, Consultores e outros, somando 36 pessoas.

Por meio dessa ação, foram planejadas e traçadas as diretrizes objetivando apoiar órgãos e entidades das esferas federal, estadual e municipal para a gestão integrada e associada dos resíduos sólidos urbanos, sob a ótica e fundamentos da sustentabilidade ambiental e socioeconômica. Nesse sentido, outras ações foram desenvolvidas, buscando atingir os objetivos propostos, a saber:

- Realização de 10 edições, em conjunto com o Ministério das Cidades, do curso Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL Aplicado a Resíduos Sólidos em 10 cidades brasileiras distribuídas nos estados do RJ, BA, CE, SP, PR, SC, PE, MG, RS e DF. O curso tem como objetivo proporcionar uma atualização conceitual e metodológica no tema MDL e formar multiplicadores no tema. Foram capacitados cerca de 250 técnicos e gestores ligados a instituições que atuam com o tema resíduos sólidos e profissionais com potencial de intervenção e tomada de

decisão na gestão pública do setor. O curso também proporcionou a participação de profissionais liberais e acadêmicos interessados no tema.

- Contratação de 8 Especialistas para proporcionar assessoria técnica junto ao Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas, compreendendo os estados BA, MA, MG, PE, RJ, PI, SE, AL, GO e DF;
- Contratação de Especialista para Planejamento e Acompanhamento das ações de apoio da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano- SRHU ao Programa de Revitalização de Bacias;
- Contratação de Especialista para proporcionar assessoria técnica junto ao Programa de Revitalização de Bacias das regiões Centro Oeste, Norte e Nordeste;
- Realização de estudos preliminares nos Estados integrantes da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e Parnaíba visando soluções regionalizadas e integradas de Resíduos Sólidos relativas à destinação final, à coleta seletiva com inclusão de catadores, ao manejo de resíduos sólidos da construção civil com suas respectivas estimativas de custos de investimentos, para atender demanda do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC;
- No âmbito do PAC – Resíduos Sólidos, foram realizadas Oficinas de Capacitação dos gestores municipais e estaduais, definição dos municípios prioritários, elaboração dos Termos de Referência para os projetos básico e executivo, definição dos Consórcios Prioritários e reuniões com os prefeitos desses municípios para validação do planejamento;
- O Departamento de Ambiente Urbano/DAU acompanhou o processo de discussão no âmbito do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA que resultou na aprovação da Resolução CONAMA nº 404 de 2008, a qual prevê critérios e diretrizes para o licenciamento simplificado de aterros sanitários de pequeno porte; Acompanhamento do processo de discussão das diretrizes nacionais para o setor de saneamento em atuação conjunta com o Ministério das Cidades, o que resultou na decisão de se construir e lançar em 2008 o Pacto pelo Saneamento Básico;
- Participação efetiva nos trabalhos desenvolvidos pelo Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis. Em 2008, o MMA passou a compor a Secretaria executiva do Comitê;

- Acompanhamento do processo de preparação do projeto estratégico para a elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB e coordenação das ações de constituição do Plano conjuntamente com o Ministério das Cidades;
- Acompanhamento do processo de discussão do PL 3057/2000, que prevê a regulamentação do parcelamento do solo urbano e a regularização fundiária urbana;
- O Departamento participa efetivamente do Conselho das Cidades na qualidade de representante do Ministério do Meio Ambiente;
- Atuação para fortalecimento da gestão ambiental urbana com acompanhamento das discussões da Comissão Nacional Tripartite, a qual busca articular as ações do setor público na implantação da política de meio ambiente;
- Atuação na elaboração do Plano de Mudanças Climáticas lançado em dezembro de 2008. O DAU/SRHU participou da etapa de apresentação de propostas para o capítulo de Resíduos Sólidos;
- Realização da Oficina de capacitação dos servidores públicos federais para implementação do Decreto nº 5.940/06, que estabelece a coleta seletiva solidária nos órgãos da administração federal direta e indireta;
- Concepção do Programa de Compra de Resultados Futuros de Resíduos Sólidos. Tal Programa tem o objetivo de buscar sustentabilidade (continuidade e permanência) no manejo de resíduos.

As ações da SRHU tiveram como objetivo geral:

- 1) apoiar os Estados e Municípios na Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos;
- 2) coordenar o Programa Nacional de Resíduos Sólidos.

Os objetivos específicos são promover a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos; apoiar a elaboração dos Planos Estaduais/Regionais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos com vistas a propiciar investimentos governamentais sustentáveis; capacitar gestores municipais em Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos.

Os beneficiários diretos são os governos estaduais e municipais e os beneficiários indiretos, os órgãos ambientais, catadores de resíduos sólidos e a população brasileira na área de atuação das ações.

Importante ressaltar que a equipe para a execução das atividades previstas nessa ação esteve, até meados de 2008, quantitativamente, aquém do necessário para cumprimento da ampla agenda

que a gestão ambiental urbana demanda. Contudo, a partir de agosto/2008, foram lotados servidores nesta Secretaria, advindos dos concursos de Analista Ambiental e Analista de Infra-Estrutura, o que amenizou o problema da baixa força de trabalho.

O indicador da ação é: projetos apoiados. Para o exercício de 2008 a avaliação é positiva e os principais resultados que propiciaram o sucesso na execução da ação podem ser considerados: articulação com demais unidades do MMA e órgãos do Governo Federal; envolvimento da equipe com a proposta de trabalho; orientação dos investimentos do Governo Federal nas ações do PAC – Revitalização de Bacias (resíduos sólidos).

A metodologia aplicada para atingir a meta física – 20 projetos apoiados – levou em consideração os 5 convênios firmados com os estados do AC, RN, PA, SC e com o município de Ariquemes/RO, bem como os 20 municípios cearenses da bacia do Parnaíba, que serão beneficiados com o convênio firmado entre a SRHU e aquele estado para Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Estado do Ceará e elaboração do Plano Regional de gestão Integrada de Resíduos Sólidos para os municípios inseridos na bacia hidrográfica do rio Parnaíba.

Tabela 21 – Metas e resultados da ação exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	R\$ 17.254.788,00	4.257.004,45*	24,67
Física	20	25	125

*a execução orçamentária foi de 24,67% devido ao contingenciamento da emenda da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle no valor de R\$ 11.068.000,00. Entretanto, isso não comprometeu a execução física que superou a meta prevista para o exercício de 2008.

2.3.4. Programa 0497 – Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos

Tabela 22 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de recursos hídricos
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer o Conselho Nacional de Recursos Hídricos; Promover a formulação de políticas e estratégias para o aprimoramento da Política Nacional de Recursos Hídricos e estruturação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; - Articular as políticas públicas que têm a água como elemento estruturante; - Fortalecer ações de planejamento de recursos hídricos (planos estaduais de recursos hídricos e planos de bacias

	<p>hidrográficas), articulando-as com outros planos setoriais e com os instrumentos da política ambiental;</p> <p>- Ordenar o uso da água por meio da efetiva aplicação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, com ênfase na implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos;</p> <p>- Promover o fortalecimento interinstitucional e socioambiental por meio de processo de educação ambiental, de mobilização e de capacitação social nas regiões hidrográficas;</p>
Gerente do programa	Vicente Andreu Guillo
Gerente executivo	João Bosco Senra
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Não se aplica
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Este programa não possui indicadores, entretanto pode-se considerar como indicador de desempenho o percentual de implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2008-2011.
Público - alvo (beneficiários)	Usuários de recursos hídricos e população das bacias hidrográficas

2.3.4.1. Principais Ações do Programa

2.3.4.1.1. Ação 2039 - Formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos

Tabela 23 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Formular políticas e estratégias que visem o aprimoramento contínuo da Política de Recursos Hídricos com vistas a assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos hídricos superficiais, subterrâneos e transfonteiriços, com ênfase no apoio à estruturação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH.
Descrição	Essa ação tem como estratégia o aprimoramento contínuo da legislação e do fortalecimento do processo de da implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, adaptando-os às diferentes realidades regionais. Também prevê o monitoramento e avaliação do SINGREH por meio do Sistema de Acompanhamento da Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos SIAPREH e ainda, o apoio aos estados na construção de seus planos de recursos hídricos e implementação de ações relacionadas com educação ambiental, formação e capacitação em gestão de recursos hídricos, sejam eles superficiais, subterrâneos e/ou transfonteiriços. Esse conjunto de atividades busca também a integração da Política de Recursos Hídricos com a Política Ambiental. de Meio Ambiente a de Unidades de Conservação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Coordenador Nacional da Ação	João Bosco Senra
Unidades executoras	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Recursos Hídricos/DRH
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	-----

Resultados

No exercício de 2008, buscou-se formular, monitorar e avaliar o processo de implementação da política nacional de recursos hídricos no País, possibilitando a elaboração de políticas públicas nas distintas esferas de poder, visando a adequação às diversas realidades regionais brasileiras. Este processo foi orientado pelas seguintes linhas de trabalho:

- Coordenação e a elaboração de parâmetros e diretrizes visando orientar a implementação da Política para o gerenciamento integrado das águas transfronteiriças, garantindo que a construção de instrumentos de cooperação técnica e financeira observem os tratados internacionais e os fundamentos da sustentabilidade ambiental e socioeconômica;
- Efetivação e implementação de acordos e convenções internacionais relativas a recursos hídricos;
- Apoio aos Estados e o Distrito Federal na criação, reestruturação e/ou fortalecimento de seus órgãos gestores de recursos hídricos, bem como na implementação de instrumentos de gestão e de bases técnicas para a elaboração de estudos e projetos específicos;
- Apoio à Estruturação e implementação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH;

- Estabelecimento de um marco legal de gestão conjunta entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai para preservação, conservação e uso sustentável do Sistema Aquífero Guarani e na elaboração do Plano de Ação Estratégica- PAE, que fixará os aspectos técnicos, institucionais, legais e financeiros para a execução posterior, pelos quatro países, da gestão do Aquífero;

Com base no desenvolvimento destas linhas de trabalho, os principais resultados que propiciaram o sucesso na execução da ação e que levaram a uma avaliação positiva, podem ser assim relatados:

- Aperfeiçoamento do Sistema de Acompanhamento e Avaliação da Implementação da Política de Recursos Hídricos - SIAPREH, por meio da análise de relatórios, atualização contínuos dos dados dos integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH e envio aos estados os questionários referentes a pesquisa de 2008. Os dados obtidos por meio do SIAPREH permitem uma avaliação geral do SINGREH;
- No que se refere ao apoio ao desenvolvimento científico e a formação em GIRH, o Departamento de Recursos Hídricos - DRH/SRHU participou na definição das linhas de pesquisa a serem apoiadas com recursos do Fundo Setorial de Recursos Hídricos (CT-Hidro) e na aprovação e elaboração da REDE YARA, Rede Nacional de Formação de Capacidades e Extensão Tecnológica em GIRH;
- Elaboração dos termos de referência para o desenvolvimento conceitual de um portal de aprendizagem em Gestão Integrada de Recursos Hídricos - GIRH que está sendo construído, e outro para desenvolvimento de metodologia para elaboração do Plano de Ação Político Pedagógico que orientará a implementação do Programa IV do Plano Nacional de Recursos Hídricos-PNRH;
- Participação em atividades e grupos de trabalhos interministeriais setoriais, como os de saneamento, e para a elaboração da Política Nacional de Ordenamento Territorial - PNOT auxiliando na formulação de uma política de gerenciamento de recursos hídricos integrada às demais políticas públicas.
- Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com o estado do Pará, visando a cooperação institucional e técnica entre a SRHU/MMA e a Secretaria de Meio Ambiente -SEMA para desenvolvimento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Pará e a elaboração do Plano Estadual de Gerenciamento do mesmo;

- Apoio técnico para implementação dos Sistemas Estaduais de Recursos Hídricos, nos seguintes Estados:
 - ✓ *Amazonas*: Proposição de contribuições para a regulamentação da Lei Estadual de Recursos Hídricos, com sugestões ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos;
 - ✓ *Roraima*: Participação na análise da proposta de legislação estadual para subsidiar a Política de Recursos Hídricos do estado;
 - ✓ *Rondônia*: Análise do processo de celebração de Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebrarão a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, por meio de sua Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano e o Estado de Rondônia, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental. Este Acordo terá por objetivo a cooperação técnica-institucional para desenvolvimento do Sistema Estadual de Recursos Hídricos e a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos de Rondônia;
 - ✓ *Acre*: Participação em reuniões para discutir o processo de elaboração do Plano de Recursos Hídricos do Acre e assinatura do Convênio visando sua elaboração;
 - ✓ *Pará*: Participação em reuniões para discutir o processo de elaboração do Plano de Recursos Hídricos do Pará e assinatura do Convênio visando sua elaboração;
 - ✓ *Minas Gerais*: Participação em reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais-CERH, acerca da elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais;
 - ✓ *Mato Grosso do Sul*: Participação em reuniões com representantes da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia - SEMAC/MS, Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul - IMASUL e consultores contratados, com o intuito de desenvolver efetivamente o processo de elaboração do Plano Estadual, bem como buscar a estreita sinergia entre os diversos relatórios técnicos a serem entregues pelos consultores contratados, participação em reuniões do Conselho Estadual de Recursos Hídricos para apresentação dos trabalhos

referentes ao Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH, com financiamento do Programa Pantanal e apoio técnico da SRHU;

- ✓ *Mato Grosso*: Participação em reuniões, com representantes da SEMA/MT e consultores contratados com o intuito de desenvolver efetivamente o processo de elaboração do Plano Estadual, bem como buscar a estreita sinergia entre os diversos relatórios técnicos a serem entregues pelos consultores contratados; Participação em reuniões para definição dos trabalhos sobre Estudo de Recursos Hídricos e início dos mesmos com a contratação de diversos consultores com recursos financeiros do Programa Pantanal e apoio técnico do DRH/SRHU;
- ✓ *Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná*: Participação em oficinas de trabalho para aprofundar o debate metodológico acerca da articulação entre os diferentes níveis de planejamento de recursos hídricos preconizados na Política Nacional de Recursos Hídricos, bem como apontar alternativas de articulação envolvendo os Planos Estaduais de Recursos Hídricos dos Estados da Região Sul, e para discutir aspectos metodológicos da etapa de cenários dos planos;
- Suporte técnico e político aos Estados do Acre e Pará para obtenção de recursos financeiros destinados à elaboração dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos;
- Participação das discussões no âmbito de Grupo de Trabalho do CONAMA e Câmara Técnica do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, que resultou na aprovação da Resolução CONAMA 396/2008, que dispõe sobre Classificação e Diretrizes Ambientais para Enquadramento e no âmbito do CNRH, e respectivamente, na aprovação da Resolução do CNRH sobre Critérios e Procedimentos de Proteção e Conservação de Águas Subterrâneas;
- Elaboração do detalhamento operativo do Programa Nacional de Águas Subterrâneas – PNAS, que encontra-se em análise pelo CNRH;
- Apoio ao Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata, na elaboração do processo formativo do Centro com a temática "Gestores de Políticas Públicas de Educação Socioambiental na Bacia do Prata";
- Acompanhamento da chancela pelo Congresso Nacional do Acordo para a Gestão Sustentável da Bacia do Rio Apa, entre o Brasil e o Paraguai. O processo de construção desse acordo foi desencadeado na Câmara Técnica de Gestão de

Recursos Hídricos Transfronteiriços – CTGRHT, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos;

- Acompanhamento das atividades do Grupo de Trabalho- GT Acre no âmbito da CTGRHT, para a gestão transfronteiriça, entre Brasil, Peru e Bolívia, e preparação do Seminário para a Gestão Sustentável da Bacia do Rio Acre, a se realizar em Epiaciolândia;
- Participação em diversas reuniões do GT Apa com a Comissão de Organização preparatória para o Encontro Técnico Brasil – Paraguai para a Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Apa em Campo Grande /MS;
- Participação do Encontro Técnico Brasil – Paraguai para a Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Apa em Ponta Porã /MS , no dia 4 a 6 de agosto de 2008;
- Coordenação Nacional do Programa "*International Shared (Transboundary) Aquifer Resource Management*" (ISARM Américas) – Em 2008 a SRHU participou do processo de elaboração de um diagnóstico sócio-econômico e ambientais sobre os 11 aquíferos transfronteiriços identificados preliminarmente em uma etapa anterior do projeto, o que resultou na edição em 2008 da publicação Marco Legal e Institucional em *La Gestión de los Sistemas Acuíferos Transfronterizos em las Américas*, Programa Unesco/OEA n 02;
- Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani – PSAG. O PSAG entre outros aspectos propiciou a ampliação da participação da sociedade na gestão destes recursos e a SRHU como coordenadora nacional do Projeto, tem acompanhado e apoiado o desenvolvimento deste, além de prover suporte técnico e financeiro ao funcionamento da Unidade Nacional de Execução do Projeto – UNEP, onde por meio desta ação, forneceu suporte à organização e apoio às reuniões da Unidade Nacional de Execução do Projeto – UNEP, do Conselho Superior de Direção do Projeto – CSDP, a realização de seminários sobre a discussão e processo de aprovação do Plano de Ação Estratégica – PAE para gestão do Sistema Aquífero Guarani – SAG junto aos projetos-piloto, estados e países envolvidos no projeto, e contribuiu na elaboração de um acordo de cooperação para a construção e consolidação de uma estrutura para continuidade de gestão do SAG no âmbito dos países;

- Acompanhamento dos trabalhos do consultor para comprovação da contrapartida não-financeira ao Projeto, além de apoio técnico com contatos com os estados e órgãos federais e estaduais, sendo que já foram entregues 5 relatórios de contrapartidas, comprovando 140% da contrapartida brasileira, aprovada pelo projeto;
- Acompanhamento e realização conjunta com a Comissão do Projeto Piloto de Ribeirão Preto do II Congresso Aquífero Guarani e montagem de *stand*, em Ribeirão Preto, nos dias 4 a 8 de novembro de 2008;
- Acompanhamento do processo para assinatura dos Acordos de Cooperação Técnica com os Estados de Minas Gerais, Goiás e São Paulo e com a Agência Nacional Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Fósseis-ANP para desenvolvimento de atividades junto ao Projeto Aquífero Guarani, tendo sido assinados em dezembro o de MG, SP e ANP;
- Organização do Seminário do Plano Estratégico de Ações, Porto Alegre -RS, 13 e 14 de maio de 2008;
- Organização do Diálogo de Participação Pública e Participação, Porto Alegre-RS, 12 de maio de 2008);
- Organização do Encontro com Povos Indígenas que Vivem sobre o SAG no Brasil (Auditório do Museu de Arte Contemporânea – Marco), Campo Grande/MS, 29 e 30 de maio de 2008;
- Acompanhamento e organização dos cursos, Modelagem Matemática (Visual Transin) do SAG de 20 a 24 de outubro em São Paulo – SP, ArcGIS Intro de 30 a 31 de outubro em São Paulo – SP e do Curso do SISAG (ArcGIS Intro, GDB Intro, ArcGIS Web Map) de 27 de outubro a 01 de novembro em Buenos Aires/Argentina;
- Acompanhamento e apoio ao desenvolvimento do Projeto para captação de recursos do Fundo Global de Meio Ambiente (GEF) para implementação do "*Programa Marco para Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos da Bacia do Prata*", no âmbito Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata – CIC-PLATA, que objetiva colaborar com os governos da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai no fortalecimento de ações para o desenvolvimento econômico e social ambientalmente sustentável da Bacia do Prata;

- Foram realizados cursos de capacitação em Gestão Integrada de Recursos Hídricos – GIRH para Comitês de Bacia Hidrográfica;
- Participação em atividades e grupos de trabalhos interministeriais setoriais, como os de saneamento, auxiliando na formulação de uma política de gerenciamento de recursos hídricos integrada às demais políticas públicas.
- Apoio aos estados participando das reuniões dos Conselhos Estaduais e Comitês de Bacia, nos quais a SRHU é membro titular;
- Apoio na elaboração dos planos estaduais de recursos hídricos dos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e assinou convênio com os Estados do Pará e Acre para realização dos seus planos Estaduais de Recursos hídricos, em 2009;
- Desenvolvimento de planejamento de atividades de capacitação, seminários e intercâmbios técnicos nos temas: Planos Nacionais de Recursos Hídricos, Comitês de Bacia, gestão da água no ambiente urbano, com vistas à cumprir o Acordo de Cooperação Brasil e Argentina;
- Coordenação da participação brasileira na ExpoZaragoza, cujo tema foi “Água e Desenvolvimento Sustentável”, que reuniu 33 órgãos e entidades do Governo Federal, Estados, Sociedade Civil e ONGS e fez do Brasil um grande destaque ganhado prêmio pelo trabalho realizado.

Ressalta-se ainda o esforço que esta Secretaria tem feito para o fomento à gestão integrada das políticas de recursos hídricos e de meio ambiente. No dia 24 de novembro de 2008, a SRHU promoveu uma oficina de trabalho sobre Vazão Ambiental, onde foram discutidas questões sobre a articulação entre a gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental, sendo apresentado também o processo de discussão que será desenvolvido no ano de 2009 sobre a temática.

Estas ações/atividades têm como beneficiários diretos os integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e como beneficiários indiretos toda a sociedade brasileira, de um modo geral.

Vale ressaltar que a equipe do DRH sofreu redução de profissionais, o que tem dificultado o desenvolvimento dos trabalhos. Para sanear tais dificuldades buscamos estabelecer parcerias com outras instituições afins.

Tabela 24 - Metas e resultados da ação exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
			%
Financeira	R\$ 2.000.000,00	R\$ 1.996.146,62	99,81
Física	01	01	100

2.3.4.1.2 Ação 4999 - Funcionamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Tabela 25 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos-CNRH e suas Câmaras Técnicas de condições físicas, técnicas, administrativas e logísticas mínimas para a sua existência e funcionamento, bem como realizar as seguintes ações: promover a implementação do CNRH itinerante (realização de reuniões regionalizadas); divulgar as suas decisões e deliberações; criar condições para que o CNRH possa se articular com o Conselho Nacional de Meio Ambiente-CONAMA; ampliar a representatividade dos membros do CNRH, incorporando novos representantes usuários de recursos hídricos; realizar estudos técnicos necessários às tomadas de decisão; e, demais funções que se fizerem necessárias ao cumprimento da missão do CNRH como órgão máximo do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos.
Descrição	Disponibilização de condições operacionais e institucionais para o funcionamento do CNRH e de suas Câmaras Técnicas, o fornecimento de apoio técnico, jurídico, administrativo e a coordenação da participação de órgãos e entidades do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos no encaminhamento e detalhamento de questões específicas e no tratamento singular de áreas temáticas. Inclui-se, nessa ação, a disponibilização de espaço físico adequado à realização de reuniões, com recursos de gravação. Essa ação garantirá ao CNRH condições para o cumprimento de suas funções de formulação e desenvolvimento de políticas, sob o controle da sociedade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Coordenador nacional da ação	João Bosco Senra
Unidades executoras	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Recursos Hídricos
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	--

Competências institucionais requeridas para a execução da ação	As competências estão apontadas no art. 36 da Lei nº 9.433, de 1997, que determina os responsáveis pela gerência do CNRH e no art. 45, da Lei citada, que define como Secretaria Executiva do CNRH o órgão integrante da estrutura do MMA, responsável pela gestão dos recursos hídricos, no caso a SRHU, bem como as competências da Secretaria Executiva para o funcionamento do CNRH, conforme título e objetivo dessa ação.
---	---

Resultados

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, órgão máximo do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH, criado pela Lei nº 9.433/97, é presidido pelo Ministro do Meio Ambiente e composto por representantes de Ministérios e Secretarias Especiais da Presidência da República, Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, usuários de recursos hídricos (irrigantes; indústrias; concessionárias e autorizadas de geração de energia hidrelétrica; pescadores e usuários da água para lazer e turismo; prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário; e hidroviários), e por representantes de organizações civis de recursos hídricos (consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas; organizações técnicas e de ensino e pesquisa, com interesse na área de recursos hídricos; e organizações não-governamentais).

O CNRH possui em sua estrutura 10 (dez) Câmaras Técnicas para o desenvolvimento das atividades pertinentes às suas atribuições, objetivando subsidiar os Conselheiros em suas deliberações nos diferentes assuntos tratados. Sua composição favorece o debate dos temas pelos diversos usuários da água, procurando contemplar o seu uso múltiplo.

Além disso, são abertas à participação pública e nelas se desenvolve todo o debate dos temas a serem deliberados pelo Plenário do CNRH, contando com ampla participação da sociedade, investindo as deliberações do Conselho de legitimidade e tornando-as produto de um processo participativo sob o controle da sociedade.

São as seguintes as Câmaras Técnicas do CNRH: Assuntos Legais e Institucionais – CTIL; Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH; Análise de Projeto – CTAP; Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR; Gestão dos Recursos Hídricos Transfronteiriços – CTGRHT; Ciência e Tecnologia – CTCT; Águas Subterrâneas – CTAS; Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos – CTCOB; Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos – CTEM; e Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira – CTCOST.

Essas Câmaras encontram-se em pleno funcionamento, possuindo uma composição que varia entre 7 a 17 conselheiros, ou representantes legais, com mandato de dois anos. As reuniões são abertas à participação pública e de especialistas nos temas em discussão; o resultado mais significativo dessa forma de atuar é a ampliação da base de discussão com a sociedade, usuários e entidades governamentais, possibilitando o envolvimento de técnicos de todo o país, em discussões sobre assuntos de relevância para a implementação da Política e o funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

O Conselho foi instalado em reunião ocorrida em 05 de novembro de 1998. A Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente – SRHU/MMA é a Secretaria Executiva do CNRH, conforme inciso XVII, artigo 13, do Decreto nº 5.776, de 2006, e artigos 3º e 4º do Decreto nº 4.613, de 2003.

No cumprimento dessa atribuição, a SRHU tem promovido o apoio técnico, administrativo e operacional para o funcionamento do CNRH, atuando na promoção das seguintes ações:

- Realização de reuniões das Câmaras Técnicas nas diversas regiões do País, como forma de ampliar a discussão dos temas em debate; divulgação das atividades e das deliberações do CNRH, procurando enfatizar o seu caráter nacional de determinação de critérios gerais para a gestão de recursos hídricos no País;
- Promoção da articulação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH com o Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, em especial com os temas pertinentes em debate no Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA; e
- Realização e acompanhamento das Assembléias eletivas dos integrantes do CNRH nos segmentos dos usuários, das organizações civis com interesse em recursos hídricos e dos Conselhos estaduais de recursos hídricos, procurando criar condições para uma efetiva representatividade.

Conforme art. 46 da Lei nº 9.433, de 1997, compete à Secretaria Executiva do CNRH:

- Prestar apoio administrativo, técnico e financeiro ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos;
- Instruir os expedientes provenientes dos Conselhos Estaduais e dos Comitês de Bacia Hidrográfica;

- Elaborar seu Programa de Trabalho e respectiva proposta orçamentária anual e submetê-los à aprovação do Conselho.

Para desempenho das suas competências legais, cabe à Secretaria Executiva as seguintes atribuições estabelecidas no art. 42, do Anexo da Portaria nº 377, de 19 de setembro de 2003, que aprovou o Regimento Interno do CNRH:

- Elaborar a pauta das reuniões do Conselho e redigir suas atas;
- Acompanhar e monitorar o processo de implementação dos Comitês de Bacia Hidrográfica cuja proposta de instituição foi aprovada pelo Conselho;
- Planejar e coordenar o processo de realização de assembléias para escolha dos representantes, no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, dos setores usuários, das organizações civis de recursos hídricos e dos conselhos estaduais de recursos hídricos;
- Prestar apoio administrativo, técnico e financeiro às Câmaras Técnicas e seus Grupos de Trabalho;
- Monitorar o cumprimento das deliberações do Conselho assim como a efetividade da implementação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, com a finalidade de elaboração do relatório anual de atividades do Conselho;
- Proceder à avaliação sistemática e ao planejamento de curto, médio e longo prazos das atividades do CNRH, submetendo ao Plenário para deliberação;
- Promover a integração dos temas discutidos no âmbito do CNRH, a partir das atividades previstas e em andamento nas Câmaras Técnicas; e
- Promover a integração dos temas com interface entre o CNRH e demais Conselhos colegiados.

Como beneficiários diretos temos as instituições e técnicos representantes do Poder Público Federal, dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, dos usuários e das organizações civis de recursos hídricos, integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Público alvo do CNRH), e como beneficiários indiretos temos os Usuários de recursos hídricos e a sociedade brasileira como um todo.

No ano 2008, foram realizadas duas reuniões ordinárias do CNRH e outras duas extraordinárias, sendo aprovadas quatorze resoluções e uma moção, além do encaminhamento para a publicação de quatro Portarias do MMA.

Nesse processo do CNRH de formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de regulamentação de seus instrumentos, dentre outros aspectos da Lei nº 9.433, de 1997, destaca-se a elaboração e a publicação das seguintes deliberações em 2008: Resolução CNRH nº 91 de 05/11/2008 que dispõe sobre procedimentos gerais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos e a Resolução CNRH nº 92 de 05/11/2008 que estabelece critérios e procedimentos gerais para proteção e conservação das águas subterrâneas no território brasileiro.

Dando continuidade ao apoio para implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos destaca-se o detalhamento operativo dos programas de XIII à XII que foram apresentados ao Plenário em dezembro de 2008, mas encontram-se sob sua análise e a publicação da [Resolução nº 90, de 04 de junho de 2008](#) que estabeleceu as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, referidos no inc. II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000, para o exercício orçamentário de 2009.

Ratificando a necessidade de integração dos sistemas de meio ambiente e de recursos hídricos, em dezembro de 2007, foi publicada Portaria Ministerial nº 509, que designa os representantes dos órgãos e entidades, que compõem a Comissão Permanente de Articulação e Integração do CONAMA e do CNRH, instituída pela Portaria nº 357, de 18/11/2006. Essa Comissão tem a finalidade de sugerir procedimentos de articulação e integração das ações e temas conexos do CONAMA e do CNRH. Reuniu-se duas vezes durante o ano de 2008.

Ainda merece destaque a publicação da Resolução CNRH nº 93, de 05/11/2008, que estabelece procedimentos para o arbitramento previsto no inciso II do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 que refere-se a uma das competências do CNRH quanto ao arbitramento, em última instância administrativa, os conflitos existentes entre Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos.

A moção aprovada pelo CNRH em 2008, refere-se a recomendação de princípios e de prioridades de investimento em ciência, tecnologia e inovação para recursos hídricos (Moção CNRH nº 45, de 17 de dezembro de 2008).

Além das atividades supra mencionadas, a Secretaria Executiva realiza sistematicamente a manutenção e atualização da página eletrônica do CNRH; a instrução de processos para encaminhamento das deliberações do CNRH para análise da CONJUR/MMA e posterior publicação na Imprensa Oficial – DOU; a divulgação contínua das deliberações do CNRH aos órgãos gestores de recursos hídricos e afins; o monitoramento das deliberações do CNRH; a elaboração e veiculação, por meio eletrônico, de informativos sobre as ações do CNRH, das suas Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho, e da própria Secretaria Executiva.

Em 2008 foram realizadas sessenta e uma reuniões das Câmaras Técnicas como forma de difundir e ampliar os debates dos diversos temas em análise no âmbito do CNRH, levando-os às diversas regiões do País, foram realizadas reuniões de Câmaras Técnicas do CNRH nas seguintes localidades: Brasília/DF, Rio de Janeiro/RJ, Florianópolis/SC, Natal/RN, Belo Horizonte/MG, Ponta Porã/MS, Uruguaina/RS e Belo Horizonte/MG.

Em média, as reuniões das Câmaras Técnicas contam com a participação de vinte e cinco pessoas. Como auxílio aos trabalhos das Câmaras Técnicas, são criados Grupos de Trabalho que se reúnem para tratar de temas específicos.

Em comemoração aos 10 anos de instalação do CNRH foram realizados os seguintes eventos, cuja média de participantes foram de cento e cinquenta técnicos: Oficina - 10 anos do CNRH – Desafios e Proposições para Melhoria do seu Funcionamento, cujo objetivo principal foi promover uma avaliação do funcionamento do CNRH pelos participantes das Câmaras Técnicas de modo a subsidiar a definição de uma metodologia de planejamento e monitoramento das atividades do Conselho e o Seminário “Perspectivas para a Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos no Brasil”, onde foi realizada uma análise sobre o estágio atual da cobrança pelo uso dos recursos hídricos no Brasil, as perspectivas futuras deste instrumento e os modelos institucionais de gestão (ou administração) dos recursos da cobrança, com ênfase nos setores usuários.

Também foram elaboradas as seguintes publicações para divulgação das atividades do CNRH: a 6ª Edição do Conjunto de Normas Legais, a Revista Comemorativa dos 10 anos, periódico intitulado como Recursos Hídricos – Uma Gestão que Avança; o novo site do CNRH, mais moderno e de fácil navegação para os usuários, além da logomarca desse Conselho que produzirá a identidade do órgão máximo do SINGREH.

A seguir apresentamos um quadro com todas as Deliberações aprovadas pelo CNRH no ano 2008:

Tabela 26 – Resoluções – CNRH / 2008

Resolução nº 97, de 05 de dezembro de 2008	Altera a Resolução CNRH nº 70, de 19 de março de 2007, que “Estabelece os procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH e os Comitês de Bacia Hidrográfica, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 17 de junho de 2000”.
Resolução nº 96, de 17 de dezembro de 2008	Prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu.
Resolução nº 95, de 17 de dezembro de 2008	Estabelece composição e define suplências para a CTAS, CTAP, CTCT, CTGRHT e CTPOAR, para mandato de 1º de fevereiro de 2009 a 31 de janeiro de 2011, e dá outras providências.

Resolução nº 94, de 05 de novembro de 2008	Altera as competências da CTPNRH, estabelecidas no inciso I do art. 2º da Resolução CNRH nº 4, de 10 de junho de 1999.
Resolução nº 93, de 05 de novembro de 2008	Regulamenta o inciso II do art. 35 da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997.
Resolução nº 92, de 05 de novembro de 2008	Estabelece critérios e procedimentos gerais para proteção e conservação das águas subterrâneas no território brasileiro.
Resolução nº 91, de 05 de novembro de 2008	Dispõe sobre procedimentos gerais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos.
Resolução nº 90, de 04 de junho de 2008	Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, referidos no inc. II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000, para o exercício orçamentário de 2009.
Resolução nº 89, de 04 de junho de 2008	Aprova o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para o exercício de 2009.
Resolução nº 88, de 04 de junho de 2008	Encaminha à Casa Civil proposta de Decreto que altera a ementa e o art. 1º do Decreto nº 1.842, de 22 de março de 1996, que institui Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP.
Resolução nº 87, de 04 de junho de 2008	Altera o inciso II do art. 2º da Resolução CNRH nº 4, de 10 de junho de 1999, para redefinir as competências da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais.
Resolução nº 86, de 04 de junho de 2008	Estabelece composição e define suplências para a CTPNRH, CTIL, CTEM e CTCOB, e dá outras providências.
Resolução nº 85, de 27 de março de 2008	Altera a Resolução CNRH nº 79, de 10 de dezembro de 2007, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira.
Resolução nº 84, de 27 de março de 2008	Encaminha à Casa Civil proposta de Decreto que acresce parágrafo único ao art. 1º do Decreto nº 1.842, de 22 de março de 1996, que institui Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP, e dá outras providências.

Tabela 27 – Moções – CNRH / 2008

Moção nº 45, de 17 de dezembro de 2008	Recomenda princípios e prioridades de investimento em ciência, tecnologia e inovação para recursos hídricos.
---	--

Tabela 28 – Portarias – CNRH / 2008

<u>Portaria Nº 45, de 27 de março de 2008</u>	Designa os membros titulares e suplentes do CNRH.
--	---

Gráfico I – Evolução do número de reuniões do CNRH e Câmaras Técnicas

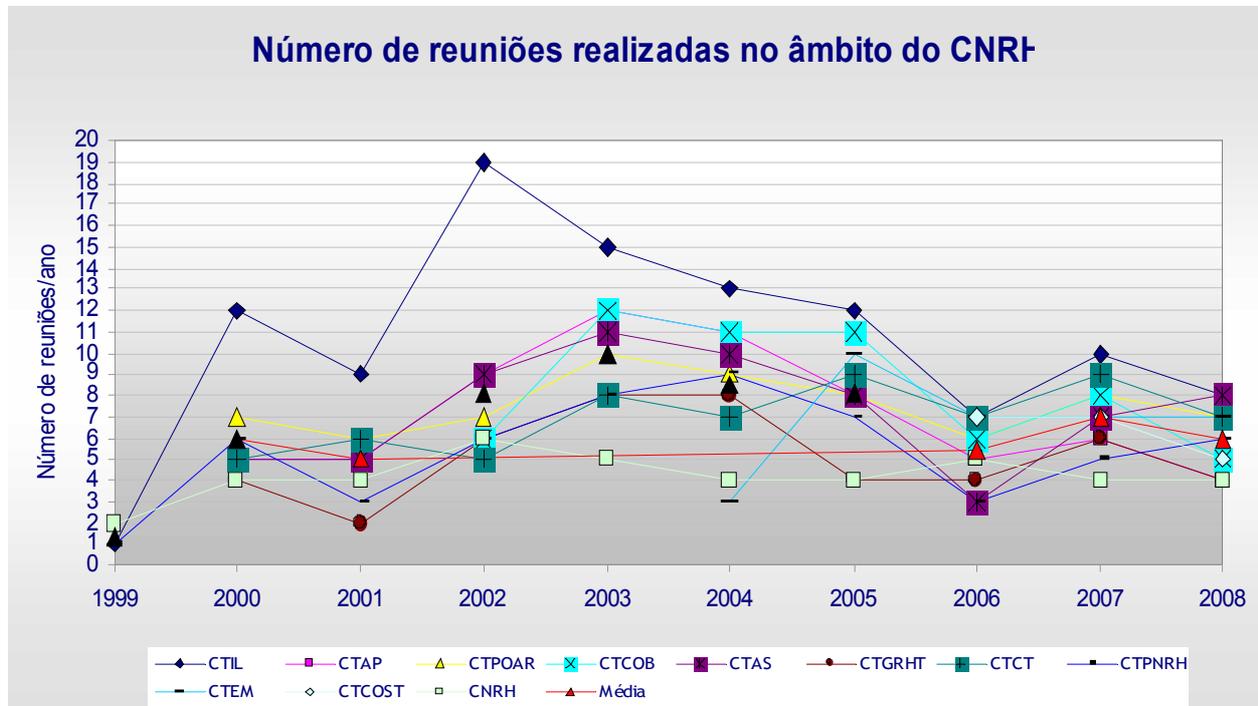
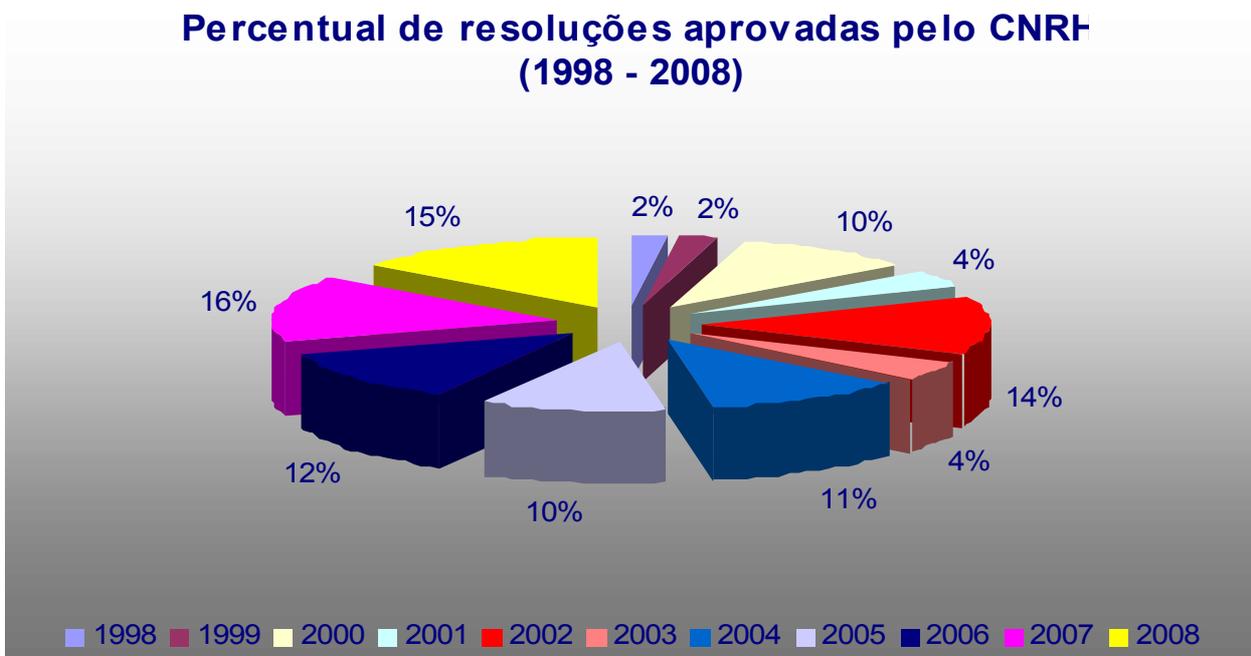


Gráfico II- Percentual de Resoluções Aprovadas pelo CNRH



Resultados

Os principais resultados obtidos com as atividades do CNRH foram:

- i) realização de quatro reuniões plenárias do CNRH, sendo duas ordinárias, em 27 de março e 15 de novembro, e duas extraordinárias, em 04 de junho e 17 de dezembro;
- ii) realização de 61 reuniões das Câmaras Técnicas, sendo: 8 da CTIL, 4 da CTAP, 5 da CTCOB, 7 da CTCT, 7 da CTPOAR, 8 da CTAS, 7 da CTEM, 6 da CTPNRH, 4 da CTGRHT e 5 da CTCOST;
- iii) realização de 35 reuniões de Grupos de Trabalho de Câmaras Técnicas;
- iv) publicação de 14 resoluções e 1 moção que regulamentam a gestão de recursos hídricos no País;
- v) lançamento da 6ª Edição do “Conjunto de Normas Legais”, comemorativa aos 10 Anos da Lei nº 9.433/97;
- vi) lançamento do novo site do CNRH, com o seguinte endereço: www.cnrh.gov.br;
- vii) lançamento da Revista Comemorativa dos 10 anos, periódico intitulado como Recursos Hídricos – Uma Gestão que Avança;
- viii) lançamento do folder do CNRH, contendo MiniCD, cujo conteúdo refere-se à 6ª Edição do Conjunto de Normas Legais;
- ix) lançamento da identidade visual do CNRH e de seus 10 anos;
- x) publicação de suplemento especial veiculado na Gazeta Mercantil, referente a cobrança pelo uso dos recursos hídricos;
- xi) realização da Oficina Água Floresta e Solos;
- xii) realização da Oficina – 10 anos do CNRH – Desafios e Proposições para Melhoria do seu Funcionamento; e
- xiii) realização do Seminário “Perspectivas para a Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos no Brasil.

Pode-se destacar como causas do sucesso o debate amplo e participativo, sob controle social, dos temas relacionados à gestão de recursos hídricos no País, visando à formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos e a regulamentação dos seus instrumentos, entre outros aspectos da Lei nº 9.433, de 1997.

Tabela 29 – Metas e resultados da ação exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	R\$ 1.000.000,00	R\$ 857.168,86	85,72
Física	Não consta	--	--

2.3.4.1.3. Ação 2D10 – Monitoramento, Avaliação e Revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos

Tabela 30 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Detalhar os programas e metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos e acompanhar sua implementação, aprimorando-o continuamente e comunicando à sociedade seus resultados.
Descrição	Detalhamento, validação, implementação, monitoramento e atualização do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, por meio de sua divulgação, negociação e articulação junto à sociedade e às instituições correlatas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Coordenador nacional da ação	Luiz Augusto Bronzatto
Unidades executoras	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Recursos Hídricos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	--

Resultados

Procuramos com esta ação implementar, monitorar e avaliar o desenvolvimento e revisar o Plano Nacional de Recursos Hídricos, tendo como focos o desenvolvimento e a articulação (intersectorial, inter e intra-institucional) da gestão de recursos hídricos no Brasil, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos finalísticos do PNRH:

(i) melhoria das disponibilidades hídricas, superficiais e subterrâneas, em qualidade e em quantidade;

(ii) redução dos conflitos reais e potenciais de uso da água, bem como dos eventos hidrológicos críticos; e

(iii) percepção da conservação da água como valor socioambiental relevante.

Informações acerca do andamento das ações e atividades previstas nos programas e subprogramas do PNRH foram apresentadas no INFORME SIGEOR 2008 (conforme proposta aprovada pelo CNRH na Resolução CNRH nº 69/2006) durante a XXIII Reunião Extraordinária do CNRH.

Especificamente trabalhamos para alcançar os seguintes objetivos:

- Coordenar a elaboração do detalhamento operativo dos Programas VIII a XII, contidos no volume IV do PNRH;
- Elaborar, com a participação dos integrantes do GTCE, o INFORME SIGEOR 2008; e apresentar ao CNRH em dezembro de 2008;
- Coordenar a elaboração e auxiliar no acompanhamento da implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos;
- Avançar na articulação entre o PNRH e os Planos Estaduais de Recursos Hídricos, bem como entre o PNRH e as políticas setoriais;
- Avançar na elaboração do Sistema de Informações do Plano Nacional de Recursos Hídricos – SI-PNRH;
- Avançar na articulação entre as gestões de recursos hídricos e de meio ambiente, incorporando o enfoque ecossistêmico nas discussões no âmbito do SINGREH

Como beneficiários diretos têm-se os integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e como beneficiários indiretos os tomadores de decisão nas três esferas de governo e a população brasileira como um todo, por ter nas mãos um conjunto de Programas detalhados do Plano Nacional de Recursos Hídricos, aprovados por meio da Resolução nº 80 do CNRH, de 10 de dezembro de 2007, referentes ao desenvolvimento da gestão integrada dos recursos hídricos no Brasil e à articulação intersetorial, interinstitucional e intra-institucional relacionada ao PNRH.

Em 2008 foram realizadas as seguintes atividades:

- Realização de diversas reuniões técnicas envolvendo dirigentes e técnicos da SRHU e ANA visando aprofundar e definir as bases e os conteúdos técnicos do Detalhamento dos Programas VIII a XII do PNRH, bem como produzir textos

básicos para subsidiar debates em torno do detalhamento com as Câmaras Técnicas do CNRH;

- Elaboração e discussão da matriz síntese de detalhamento dos subprogramas do PNRH com os presidentes e representantes da SRHU/MMA e ANA nas Câmaras Técnicas do CNRH;
- Realização de debates envolvendo a Câmaras Técnicas do CNRH a fim de aprofundar as versões produzidas sobre o detalhamento dos programas de VIII a XIII do PNRH;
- Apresentação do INFORME SIGEOR 2008 na XXIII Reunião Extraordinária do CNRH em dezembro de 2008;
- Realização de apresentações do PNRH em seminários, congressos e encontros relacionados, direta ou indiretamente, à temática de recursos hídricos;
- Aprovação pelo CNRH da Resolução nº 94, de 05 de novembro de 2008, que altera as competências da CTPNRH, estabelecidas no inciso I do art. 2º da Resolução CNRH nº 4, de 10 de junho de 1999;
- Realização de oficina de trabalho envolvendo os Governos dos Estados de SC, RS, PR e SP, além da SRHU e da ANA, para discutir propostas de mecanismos de articulação de planos estaduais e destes com o plano nacional de recursos hídricos, realizada em março de 2008;
- Participação em reunião para discutir o processo de construção de cenários no âmbito dos PERHs de RS, SC e PR, com vistas a buscar sinergia entre os mesmos e tendo como norteador o PNRH, realizada em abril de 2008;
- Realização, nos dias 18 e 19 de agosto, da oficina de trabalho intitulada “Articulação entre os processos de planejamento de recursos hídricos e desses com o zoneamento ambiental nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul”;
- Realização de oficina de trabalho envolvendo dentre outros atores, os Governos dos Estados de MS e MT para discutir propostas de articulação dos planos estaduais de recursos do MT e MS entre si e destes com o PNRH realizada nos dias 17 e 18 de setembro de 2008;
- Realização em reuniões envolvendo os Governos dos Estados do AC e PA para firmar parceria, por meio de convênio, entre os Estados e a SRHU para elaboração de seus planos estaduais de recursos hídricos. Os convênios foram assinados em dezembro de 2008;

- Participação em reunião técnica entre a equipe da Diretoria de Recursos Hídricos da SRHU e os diretores do Banco do Brasil a fim de debater o Programa I do PNRH (Estudos estratégicos sobre o contexto macroeconômico global e inserção geopolítica da GIRH no contexto sul-americano e caribenho), em junho de 2008;
- Preparação de Termos de Referência para contratação de consultorias para desenvolver o Modelo de Equilíbrio Geral para o PNRH e a Matriz de Coeficientes Técnicos dos Recursos Hídricos no Brasil;
- Seleção de consultor para a elaboração de estudo para definição da estrutura institucional e do funcionamento do Observatório das Águas, ação prevista no subprograma I. 2 do PNRH;
- Seleção de consultor para a elaboração de planejamento estratégico que oriente a adequação, complementação e convergência do marco legal e institucional da gestão integrada de recursos hídricos no Brasil;
- Seleção de consultor para a definição e elaboração dos normativos legais, identificados como prioritários, visando à adequação, complementação e convergência do marco legal e institucional da gestão integrada de recursos hídricos;
- Elaboração de minuta de nota técnica sobre os setores usuários, identificando fragilidades no que tange à articulação entre as políticas dos setores que tem a água como elemento estruturante com a Política Nacional de Recursos Hídricos;
- Realização de oficina de trabalho, em novembro de 2008, intitulada "Vazão Ambiental", objetivando debater e trocar experiências a respeito do tema no âmbito do programa III do PNRH.
- Participação nas discussões sobre Avaliação Ambiental Integrada, propostas pela Empresa de Pesquisa Energética e pela Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental .

Destacam-se como causas de sucesso nesta etapa:

- O amplo processo de divulgação do PNRH nos diversos fóruns (seminários, congressos, encontros), cuja temática estivesse direta ou indiretamente relacionada à gestão de recursos hídricos;
- O envolvimento, por meio de um amplo processo de participação, prezando a articulação com o CNRH, com os membros de suas respectivas Câmaras Técnicas, e representantes de diversos setores do governo, bem como dos

usuários de água e sociedade civil desenvolvido para a elaboração do detalhamento dos Programas e Subprogramas do PNRH;

- A consistência técnica do material elaborado para subsidiar o detalhamento dos Programas e Subprogramas do PNRH;
- A rede de articulação formada em torno do PNRH;
- O empenho da equipe técnica do PNRH, no cumprimento das metas estabelecidas.

Tabela 31 – Metas e resultados da ação exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	R\$ 1.100.000,00	R\$ 630.105,07	57,28
Física	1	1	100

2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

O desempenho operacional da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, atingiu nos termos financeiros o percentual de 95,83 %, enquanto a meta física atingiu os objetivos pretendidos ,com os insumos disponíveis no exercício de 2008 (estrutural, financeiro e pessoal). Para atingirmos um desempenho acima deste patamar necessitamos de um reforço no quadro de pessoal.

Os valores executados no exercício de 2008, consignados no orçamento do Ministério do Meio Ambiente, cujos programas/ações orçamentárias são de responsabilidade da SRHU, estão demonstrados a seguir:

Tabela 32– Execução orçamentária (440005- Departamento Recursos Hídricos - DRH)

PROGRAMA DE TRABALHO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR (Em R\$1,00)
RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS		4.496.666,33
18 122 0497 2272 0001	Gestão e Administração do Programa – Nacional	1.011.245,78
18 121 0497 2039 0001	Formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos - Nacional	1.996.146,62
18 544 0497 4999 0001	Funcionamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - Nacional	857.168,86
18 544 0497 2D10 0001	Monitoramento, Avaliação e Revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos - Nacional	630.105,07
TOTAL		4.494.666,33

Tabela 33– Execução orçamentária (440078- Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano-DRB)

PROGRAMA DE TRABALHO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR (Em R\$1,00)
REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL		10.352.590,83
1 18 541 1305 20AO 0001	Apoio a Projetos de Controle da Poluição por Resíduos em Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental.	2.200.000,00
1 18 541 1305 101P 0001	Recuperação e Preservação da Bacia do Rio São Francisco	4.662.768,52
1 18 541 1305 101Q 0001	Recuperação e Preservação da Bacia do Rio Tocantins/Araguaia	-----
1 18 541 1305 101R 0001	Recuperação e Preservação da Bacia do Rio Paraíba do Sul	150.000,00
1 18 541 1305 8412 0001	Disseminação de Boas Práticas de Manejo e Conservação de Bacias Hidrográficas	447.377,80
1 18 126 1305 101U 0001	Implantação de Banco de Dados Ambientais das Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental	414.000,00
1 18 122 1305 2272 0001	Gestão e Administração do Programa	1.688.654,51
1 18 541 1305 2B76 0051	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável na Bacia do Alto Paraguai	789.790,00
1 18 544 1305 7H90 0056	Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográfica – Rio Acre	-----
1 18 544 1305 7H90 0058	Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográfica – Rio Pindaré	-----
INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA – Programa no âmbito do Ministério da Integração.		1.689.546,00
1 18 541 1047 8695 0020	Dessalinização de Água – Água Doce – Na Região Nordeste	1.349.637,00
1 18 541 1047 8695 0030	Dessalinização de Água – Água Doce – Na Região Sudeste	339.909,00
TOTAL		12.042.136,83

Tabela 34– Execução orçamentária (440079- Departamento de Ambiente Urbano - DAU)

PROGRAMA DE TRABALHO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR (Em R\$1,00)
RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS		4.787.466,26
1 18 122 8007 2272 0001	Gestão e Administração do Programa – Nacional	530.461,81
1 18 128 8007 86AA 0001	Desenvolvimento Institucional para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos	4.251.004,45
1 18 573 8007 7k64 0056	Implantação de Projetos de Reaproveitamento de Resíduos Orgânicos – Guarulhos/SP*	0,00
ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO		0,00
1 18 541 0512 8320 0001	Apoio à Gestão Ambiental em Áreas de Vulnerabilidade Ambiental- Nacional**	0,00
TOTAL		4.787.466,26

* não foi possível realizar a ação porque o município de Guarulhos, apesar de várias solicitações feitas por este Ministério, não saneou as pendências para que o convênio fosse firmado, quais sejam: a) Faltou comprovação de posse do imóvel; b) Faltou

apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica-ART do órgão responsável; C) Faltou apresentação de licença ambiental Prévia.

**A execução da ação não ocorreu de forma efetiva em 2008, considerando que o Departamento de Ambiente Urbano-DAU está estruturando um projeto que objetiva atender a demanda a que se propõe a ação. Nesse sentido, foi produzida Sugestão de Termo de Referência para a elaboração de uma proposta metodológica de inserção da variável ambiental nos instrumentos de gestão urbana. Além disso, foi feita uma articulação com programas do Ministério do Meio Ambiente que trabalham com temas afins, bem como com o Ministério das Cidades, para implementação de ações complementares.

O valor aprovado na Lei Orçamentária Anual – LOA nas ações de responsabilidade da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - SRHU foi de R\$41.256.562,00. Do valor autorizado na LOA foi liberado o montante de R\$22.251.255,00 para movimentação e empenho, sendo contingenciado o valor R\$19.005.307,00. O contingenciamento representou 53,93% do valores constante na LOA.

Esta SRHU executou o valor de R\$21.324.269,42 do limite para movimentação e empenho liberado da LOA 2008, o que representou 95,83%.

Foi executado diretamente nas Unidades Gestoras (440005 / 440078 / 440079) da SRHU o valor de **R\$14.217.862,38**. A execução do montante de R\$7.106.407,04 ocorreu em outras unidades gestoras do MMA e em outros órgãos do Governo Federal, cujos repasses ocorreu por meio de Portaria Autorizativa de Crédito.

Existe ainda uma grande dificuldade de aferir o desempenho de algumas ações em função dos parâmetros inseridos no PPA, por este motivo será necessário a revisão dos mesmos, para parâmetros mais mensuráveis. Listamos abaixo os programas e ações com os destaques que fazemos sobre cada um deles:

PROGRAMA 1305 – REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

O Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas /PR-BH é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA em parceria com outros dezesseis ministérios, contando com ações descentralizadas a serem executadas pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério da Integração por meio da CODEVASF. Com prazo de execução de vinte anos, objetiva promover a recuperação, a conservação e a preservação das bacias hidrográficas nacionais em situação de vulnerabilidade e degradação ambiental, promover a prevenção e a mitigação de potenciais impactos decorrentes da implantação de projetos e da crescente ação antrópica com elevado comprometimento ambiental dessas bacias.

Ação 101Q – Recuperação e Preservação das Bacias dos Rios Araguaia/Tocantins

O recurso previsto para o ano de 2008, não foi executado por falta de limite orçamentário, por isso não houve execução física para esta ação.

Ação 101P – Recuperação e Preservação da Bacia do Rio São Francisco.

De início, destaca-se que com relação ao indicador área estabilizada, a meta física para a ação de recuperação da bacia do Rio São Francisco, era a estabilização de 30.023 *hectares* para o ano de 2008. Foram estabilizados 20.180 *hectares*, em um total de 66,75 % da meta física prevista. Ressalta-se a difícil mensuração e a imprecisão deste indicador para aferir os resultados deste Programa, em função da complexidade das ações realizadas diretamente pelo Programa.

Do ponto de vista quantitativo considera-se inadequado a meta física, como área estabilizada medida em *hectares*. Por isso sugeriu-se na revisão qualitativa do PPA em 2008, a modificação do produto e conseqüentemente de sua unidade de medida, a fim de contemplar a efetivação de todos os projetos prioritários deste Programa. A proposta de alteração, foi aceita e já modificada para 2009, tendo com base a adoção de sub-bacia hidrográfica com intervenção, como unidade de medida, pois esta constitui uma alternativa prática para concentrar as ações de revitalização a fim de atingirem um produto mais efetivo e uma visibilidade maior. A meta física de número de *hectares* estabilizado é muito difícil de ser mensurada para a maioria das intervenções necessárias já que não são necessariamente obras, como cita a descrição da ação. Devemos trabalhar para rever esta meta física.

No tocante ao cumprimento da execução financeira e física esclarecemos que a ação ficou abaixo da execução prevista, tendo em vista que inúmeras demandas relacionadas a revitalização da bacia do São Francisco foram apresentadas e não foi possível efetivá-las. Neste sentido, consideramos que em virtude da forma de atuação do Programa, a carência de recursos humanos e a dificuldade de formalização dos instrumentos de repasse dos recursos para apoiar projetos aprovados contribuíram para que os resultados desta ação ficassem abaixo do previsto.

Ação 101R – Recuperação e Preservação da Bacia do Rio Paraíba do Sul

A meta física desta ação não foi alcançada, pois é difícil aferir as ações na bacia realizadas em 2008, em área estabilizada a ser medida em *hectares*. Por isso sugeriu-se na revisão qualitativa do PPA em 2008, a modificação do produto e conseqüentemente de sua unidade de medida e suas metas, a fim de contemplar a efetivação de todos os projetos prioritários a serem desenvolvidas na bacia do Paraíba do Sul. A proposta de alteração, já modificado no PPA de 2009, baseia-se na adoção da sub-bacia hidrográfica como unidade de medida, pois esta constitui uma alternativa prática para concentrar as ações de revitalização a fim de atingirem um produto mais efetivo e uma visibilidade maior. O valor destinado a esta ação foi muito reduzido, sendo então desencadeado um intenso processo de articulação institucional estratégica para o fortalecimento de parcerias com os principais atores da bacia hidrográfica, em especial seu Comitê de Bacias – CEIVAP, e sua respectiva Agência de Bacias – AGEVAP, com intuito de promover a elaboração do Programa de

Revitalização da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul, enquanto instrumento de planejamento das atividades de revitalização locais. a área de educação ambiental.

Ação 101U – Implantação de Banco de Dados Ambientais das Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental.

Os trabalhos de atualização e melhoria das informações que são disponibilizadas pelo SISFRAN foram realizados de maneira contínua em 2008, em função da maior parte das ações do Programa serem desenvolvidas na Bacia Hidrográfica do rio São Francisco.

Cabe ressaltar que aproximadamente 40% do recurso não foi utilizado para o atingimento da meta física.

Ação 20AO – Apoio a Projetos de Controle da Poluição por Resíduos em Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental.

Esta ação teve sua meta atingida por meio de dois projetos:

1) Apoio ao Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB, onde a SRHU é representada pelo Departamento de Ambiente Urbano/MMA e,

2) Projeto de Revitalização Integrada de Igarapés na Bacia do rio Acre, no valor de R\$ 400.000,00, que foi apoiado por intermédio de convênio firmado com o município de Rio Branco, estado do Acre. Este projeto objetiva desenvolver atividades de educação ambiental, limpeza, desobstrução e revitalização dos Igarapés Cigana, Arena, e São Paulo, no município de Rio Branco meta física foi superada com um gasto inferior à meta financeira estabelecida em função do grande trabalho de articulação com as associações de catadores de material reciclável, indicando que o caminho é este para atingirmos o mais rapidamente possível a grande maioria da população.

PROGRAMA 0515 – INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA – Programa no âmbito do Ministério da Integração.

Este programa está no âmbito do Ministério da Integração e tem uma de suas ações coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio do Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. A ação 8695 – Dessalinização de Água/Água Doce atende prioritariamente comunidades difusas rurais do semi-árido e está dividida em dois localizadores: Nordeste e Sudeste.

Ação 8695 – Dessalinização de Água – Água Doce.

Esta ação com o apoio de parcerias como o BNDES, FBB, EMBRAPA, entre outros, vem se destacando como uma alternativa viável de acesso à água de boa qualidade para consumo humano

para as comunidades rurais difusas do Semi-Árido brasileiro. Até o momento o Programa Água Doce – PAD beneficiou mais de 40 mil pessoas em 42 localidades de 6 estados do Nordeste, com planos de atingir os demais estados da região em 2009, ampliando suas ações para garantir o acesso à água de qualidade nas comunidades difusas do semi-árido.

PROGRAMA 8007 - RESÍDUOS SÓLIDOS URBANO

Das ações deste Programa a cargo do DAU, atingiu-se a meta física na Ação 86AA - Desenvolvimento Institucional para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos em 125%, contudo, por razões já mencionadas neste relatório, não foi possível realizar a ação 7K64- Implantação de Projetos de Reaproveitamento de Resíduos Orgânicos – Guarulhos/SP.

Ação 86AA - Desenvolvimento Institucional para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos

Esta é a Principal ação deste programa a cargo da SRHU . A meta física é o número de Projetos apoiados, que foi atingida com grande eficiência, alcançando 25 projetos apoiados, conforme discriminado anteriormente nesta tomada de contas.

PROGRAMA 0497 - GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Este programa contém três ações, que juntas formam o Tripé de Gestão dos Recursos Hídricos, que é monitorado a partir do SIAPREH (Sistema de Acompanhamento e Avaliação da Implementação da Política de Recursos Hídricos).

Ação 2039 - Formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos

Este relatório enumera os trabalhos que foram executados para que fossem atingidos os objetivos, mas para melhor avaliar o desempenho e atingimento das metas seria necessário o estabelecimento de indicadores de fácil valoração, por exemplo: Nº de estados apoiados, exitosamente, na criação de órgãos gestores de recursos hídricos, e/ou Nº de acordos, convenções ou marco legal internacionais, relativos a recursos hídricos, implementados com a nossa contribuição, e/ou Percentagem na elaboração do levantamento hidrológico e do mapeamento do Aquífero Guarani, entre outros.

Ação 4999 - Funcionamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Os principais resultados obtidos com as atividades do CNRH foram: i) realização de quatro reuniões plenárias do CNRH, sendo 2 ordinárias, em 14 de junho e 16 de outubro, e duas extraordinárias, em 19 de março e 10 de dezembro; ii) realização de 69 reuniões das Câmaras Técnicas, sendo: 10 da CTIL, 6 da CTAP, 8 da CTCOB, 9 da CTCT, 8 da CTPOAR, 7 da CTAS, 7

da CTEM, 5 da CTPNRH, 6 da CTGRHT e 7 da CTCOST; iii) realização de 50 reuniões de Grupos de Trabalho de Câmaras Técnicas; iv) publicação de 15 resoluções e 3 moções que regulamentam a gestão de recursos hídricos no País; v) lançamento da 4ª Edição do “Conjunto de Normas Legais”, comemorativa aos 10 Anos da Lei 9.433/97; vi) lançamento do Glossário de Termos Referentes à Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços da Câmara Técnica de Gestão dos Recursos Hídricos Transfronteiriços. vii) realização da Oficina para a discussão das propostas de detalhamento dos programas e subprogramas do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Podemos verificar que os objetivos foram plenamente atingidos, mas como não há metas físicas elencadas deveríamos incluir metas do tipo: número mínimo de reuniões realizadas e número mínimo de deliberações analisadas.

Ação 2D10 – Monitoramento, Avaliação e Revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos

Aqui também o relatório mostra que o desempenho foi satisfatório, mas também a meta física para ficar mensurável poderia ser elaboração e apresentação ao CNRH do INFORME SIGEOR, contendo informações sobre a implementação dos programas do PNRH, análise da implementação e recomendações.

2.4.1 – EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS

Quadro I – Evolução de Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	202.202,44	283.257,66	353.228,48
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	119.680,28	170.630,72	196.429,61
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS*			
3.1. Publicidade*			
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação*			
3.3. Tecnologia da informação*			
3.4. Outras Terceirizações*			
3.5. Suprimento de Fundos*			
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO*			
TOTAIS	321.882,72	453.888,38	549.658,09
* Itens que não se aplicam a esta Unidade			

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVO POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Este item não se aplica a esta Unidade.

4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro II – Execução de Restos a Pagar no Exercício por ano de inscrição no SIAFI

UG	Ano de Inscrição	Processados				Não Processados			
		Inscritos	Cancelados	Pagos	APagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	APagar
440078	2008					881.719,16*			
440005	2008			1.780,00					24.576,19
440078	2007	593.738,76	191.740,76	297.110,00	104.888,00	1.296.880,93		1.296.880,93	
	2008	313.980,00		313.980,00		4.068.176,33	46.327,76	294.510,94	3.727.337,63

*Do montante serão estornados/regularizados R\$ 669.051,00 em virtude de erro de lançamento. Desse total R\$ 576.000,00 foi empenhado em favor da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará e R\$ 93.051,00 em favor da ECO- Associação para Estudos do Meio Ambiente.

5. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

Quadro III – Transferências (convênios e outros tipos)

Tipo *	Código Siafi/ Siasg	Identificação do Convênio	Objeto da avença	Data da publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença
1	637834	Processo nº 02000.001859 /2008-27 Assinatura: 22/12/2008 Vigência: 30/05/2010	Elaboração de Relatório Técnico para subsidiar o processo de construção do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Pará	26/12/08	586.325,00	470.000,00	116.325,00	Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Pará CNPJ: 249.217.83/0001-68	Vigente
1	637833	02000.001638 /2008-59 Assinatura: 24/12/2008 Vigência: 31/12/2009	Elaboração de Relatório Técnico para subsidiar o processo de construção do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Acre	26/12/08	656.622,60	590.960,34	65.662,26	Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre CNPJ: 636.017.69/0001-85	Vigente
1	636350	Processo Nº: 02000.002268 /2007-96 Assinatura: 30/07/08 Vigência:	Elaboração da Regionalização da Gestão de Resíduos Sólidos no Estado do Rio Grande do Norte e a Elaboração de	26/08/08	600.000,00	500.000,00	100.000,00	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do	Vigente

		30/07/08 a 30/06/09	um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Estado do Rio Grande do Norte.					Estado do Rio Grande do Norte. CNPJ: 01.066.896/ 0001-74	
1	636351	Processo Nº: 02000.002270 /2007-65 Assinatura: 10/07/08 Vigência: 10/07/08 a 10/01/10	Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do estado do Acre e Elaboração do Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Estadual.	11/07/08	380.440,00	342.396,00	38.044,00	Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado do Acre. CNPJ: 63.601.769/ 0001-85	Vigente
1	701514	Processo Nº: 02000.001340 /2008-49 Assinatura: 30/12/08 Vigência: 30/12/08 a 31/12/09	Elaboração do Plano Regional de Gestão Associada e Integrada de Resíduos Sólidos.	23/01/09	200.000,00	179.000,00	21.000,00	Município de Ariquemes/ RO. CNPJ: 04.104.816/ 0001-16	Vigente
1	636379	Processo Nº: 02000.001611 /2008-66 Assinatura: 29/07/08 Vigência: 29/07/08 a 29/12/09	Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do estado do Ceará e Elaboração do Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para os municípios inseridos na Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.	08/12/08	444.440,00	399.996,00	44.444,00	Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente do Estado do Ceará CNPJ: 08.696.074/ 0001-16	Vigente
1	636366	Processo Nº: 02000.002269 /2007-31 Assinatura: 29/08/08 Vigência: 29/08/08 a 28/02/10	Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no estado de Santa Catarina e a Elaboração do Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.	08/12/08	500.028,00	400.000,00	100.028,00	Secretaria de Estado do Desenvolvi mento Sustentável do Estado de Santa Catarina. CNPJ: 07.255.568/ 0001-00	Vigente
1	638823	Processo Nº: 02000.001600 /2008-86 Assinatura: 22/12/08 Vigência: 22/12/08 a 31/05/10	Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Estado Pará	31/12/08	640.000,00	576.000,00	64.000,00	Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado do Pará. CNPJ: 34.921.783/ 0001-68	Vigente
1	651315	Processo Nº 02000.003219 /2008-51 Assinatura: 31/12/2008 Vigência: 31/12/08 a 31/03/2010	Promoção e Fortalecimento dos Conselhos municipais de Meio Ambiente dos 50 municípios alagoanos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.	07/01/09	325.089,00	292.580,10	32.580,90	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - AL. CNPJ: 03.626.198/ 0001-01	Vigente
1		Processo Nº 02000.001000	Revitalização de	07/01/09	422.000,00	400.000,00 (RP)	22.000,00	Município de Rio	Vigente

	/2008-18 Assinatura: 31/12/2008 Vigência: 31/12/08 a 31/12/2009	Igarapés que formam a bacia Hidrográfica do Rio Acre na área urbana do município de Rio Branco/AC. Com envolvimento das comunidades locais.					Branco/AC CNPJ: 04.034.583/ 000-22
--	--	---	--	--	--	--	---

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Este item não se aplica a esta Unidade.

7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCEIROS COM RECURSOS EXTERNOS

Este item não se aplica a esta Unidade.

8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Quadro IV – Demonstrativo da evolução de análises das Prestações de Contas

UG	SITUAÇÃO	Exercício 2006		Exercício 2007		Exercício 2008	
		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
440005	PC Não Apresentada	75	1.356.198,22	70	1,38	70	1,38
	PC Aguardando Análise	219	78.463.738,88	176	74.853.180,78	129	57.614.005,20
	PC Em Análise	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	PC Não Aprovada	423	70.084.362,36	438	72.079.402,70	435	71.490.091,43
	PC Aprovada	1934	528.222.253,03	1954	503.748.607,30	1936	503.590.620,17
UG	SITUAÇÃO	Exercício 2006		Exercício 2007		Exercício 2008	
		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
440079	PC Não Apresentada	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	PC Aguardando Análise	0	0,00	14	5.683.881,77	6	2.045.738,96
	PC Em Análise	0	0,00	44	13.293.461,66	52	16.483.700,00
	PC Não Aprovada	0	0,00	45	15.667.385,97	49	18.621.015,54
	PC Aprovada	0	0,00	6	1.025.354,32	7	1.326.174,19
UG	SITUAÇÃO	Exercício 2006		Exercício 2007		Exercício 2008	
		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
440078	PC Não Apresentada	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	PC Aguardando Análise	0	0,00	1	59.400,00	25	11.133.816,17
	PC Em Análise	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	PC Não Aprovada	0	0,00	0	0,00	2	672.702,97
	PC Aprovada	0	0,00	1	698.145,58	15	9.046.533,52

9. DECLARAÇÃO DE SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA

Este item não se aplica a esta Unidade.

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS

Este item não se aplica a esta Unidade.

11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO

Este item não se aplica a esta Unidade.

12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Quadro V - Diligências da Controladoria Geral da União / CGU

Documento	Descrição da Determinação/ Recomendação	Providências Adotadas
Ofício nº 946/2008/ DIAMBDI/SFC/CGU- PR	Solicita que disponibilize para exame os documentos originais dos processos referente aos convênios 010/96, 070/97 e 657/98	Não há providências a serem encaminhadas à CGU
Ofício nº 3919- DPTCE /DP/SFC/CGU- PR	Encaminha para providências o disposto na Norma de Execução nº 2/SFC/MF, Acórdão nº 045/2008-2ª Câmara	Providências adotadas junto ao SIAFI.
Ofício nº 8763/2008/ DIAMB/DI/SFC/CGU- PR Ofício nº 16812/2008/ DIAMB/DI/SFC/CGU- PR	Encaminha para ciência e adoção de providências a Nota Técnica nº598/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR	Por meio do Ofício nº 341/ 2008/ GPO/DRH/SRHU/MMA, foi solicitado mais prazo para atendimento da diligência. Por meio do Ofício nº 477/2008/GP/GAB/SRHU/MMA, foi solicitado prorrogação do prazo. Diligência atendida por meio do Ofício nº 605/2008/GPO/GAB/ SRHU/MMA e Ofício nº 978/2008/GPO/GAB/ SRHU /MMA
Ofício nº 13456/DPTCE /DP/SFC/ CGU-PR	Solicita providências referente a Tomada de Contas Especial dos convênios nº 017/01 e 145/01 Acórdão no. 1612/2007-Plenário, TC nº 008.659/2007-4	Diligência atendida por meio do Ofício nº 499/2008/GPO/DRH/ SRHU/MMA e Ofício nº 542/ 2008/GPO/GAB/SRHU/ MMA

Ofício nº 14811/2008/ DIAMB/DI/SFC/CGU- PR Ofício nº 18694/2008/ DIAMB/DI/SFC/CGU- PR	Encaminha em meio magnético o Relatório e o Modelo do Plano de Providências.	Por meio do Ofício nº 515/ 2008/GPO/GAB/SRHU/MMA, foi solicitado a prorrogação do prazo para atendimento da diligência. Diligência atendida por meio do Ofício nº 619/2008/GPO/GAB/ SRHU/MMA.
Ofício nº 19929/2008 /SE/ CGU- PR	Encaminha cópia de correspondência eletrônica.	Não há providências a serem encaminhadas à CGU
Ofício nº 24787/DPTCE/ DP/SFC/CGU-PR	Encaminha Ofício nº 0282/2008-TCU/SECEX-BA, referente ao convênio nº 134/00.	Informa da solicitação de documentação ao Tribunal de Contas da União para atendimento da diligência
Ofício nº 25324/ DPTCE/ DP/SFC/CGU- PR	Encaminha para providência cópia do Acórdão nº 2197/2008, TC nº 006.396/2005-6	Procedimentos adotados junto ao SIAFI.
Ofício nº 26118/ DIAMB/ DI/SFC/CGU- PR	Solicita providências quanto a supostas irregularidades referentes aos convênios nº 383838 e nº 405723, Município de Ilhéus/BA.	Diligência atendida por meio do Ofício nº 726/2008/GPO/GAB/SRHU/MMA, Ofício nº 1027/ 2008/GPO/GAB/SRHU/MMA e Ofício nº 997/2008/GPO/GAB/SRHU/MMA
Ofício nº 32444/ DPTCE/ DP/SFC/CGU- PR	Solicita o envio de pareceres conclusivos relativos as contas dos convênios nº 047/01, nº 139/01, nº 082/01, nº 060/00 e 104/01.	Diligência atendida por meio do Ofício nº 962/2008/GPO/GAB/ SRHU/MMA.
Ofício nº 33377/ DIAMB /DI/SFC/CGU-PR	Encaminha denúncia sobre possíveis fraudes em licitações nos convênios nº 025/97, 154/97 e 161/97, Município de Rolim de Moura/RO	Diligência atendida por meio do Ofício nº 896/2008/GPO/GAB/ SRHU/MMA.
Ofício nº 37677/ DIAMB/DI/SFC/CGU- PR	Solicita providências quanto a denúncia de supostas irregularidades referente aos convênios nº 340191 e 340012, Município de Senhor do Bonfim/BA.	Diligência atendida por meio do Ofício nº 1018/2008/GPO/GAB/ SRHU/MMA.
Ofício nº 38263/2008/ DIAMB/DI/SFC/CGU- PR	Encaminha Nota Técnica nº 2230/ DIAMB/DI/SFC/CGU-PR, convênio nº 147/99, Município de Rio de Contas/BA.	Diligência atendida por meio do Ofício nº 997/2008/GPO/GAB/ SRHU/MMA.
Ofício nº 38909/2008/ DIAMB/DI/SFC/CGU-	Encaminha Nota Técnica nº 2316/ DIAMB/DI/SFC/CGU-PR,	Diligência atendida por meio do Ofício nº 1036/2008/GPO/GAB/ SRHU/MMA

PR	referente aos convênios firmados com o Instituto Manoel Novaes	
Ofício nº 39515/DPPCE /DP/SFC/CGU-PR	Solicita parecer conclusivo acerca das contas referente ao Convênio nº 134/00, Município de Santa Luz/ BA	Ofício nº 1002/2008/ GPO/GAB/SRHU/MMA, informa da solicitação feita ao Tribunal de Contas da União.
Ofício nº 41672 /DIAMB /DI/SFC/CGU-PR	Encaminha Nota Técnica nº 2614/ DIAMB/DI/SFC/CGU-PR	Ofício nº 039/2009/GPO/GAB/SRHU/MMA, solicita prorrogação de prazo. Ofício nº 051/2009/GPO/GAB/SRHU/MMA, encaminha pareceres técnico e financeiro.
Ofício nº 41845/PPCE/DP/ SFC/CGU-PR	Encaminha para providências cópia do Acórdão nº 4740/2008 – 2ª Câmara, para inclusão no CADIN	Registro feito no SIAFI, em 10/03/2009
Ofício nº 38269/DPTCE/ DP/SFC/CGU-PR	Encaminhou o Acórdão nº 2907/2008-TCU-1ª Câmara (que julgou irregulares as contas do convênio nº 100/2001-SQA firmado com o Município de Santana do Ipanema/AL) para providências cabíveis, conforme determina o disposto na Norma de Execução nº 2/SFC/MF, de 29/06/2001.	Encaminhou ao operador do SIAFI para as devidas providências, conforme determina a Norma de Execução nº 2/SFC/MF, de 29/06/2001 – tendo em vista que o TCU julgou as contas do convênio nº 100/2001-SQA irregulares.
Ofício nº 948/2008 /DIAMB/DI/SFC/CGU-PR, de 16/01/2008.	Solicitou a disponibilização para exame os documentos do processo referente ao convênio nº 2001CV000048-SQA (SIAFI nº 429992), processo nº 0200.008738/2001-30, firmado com o Município de Inhumas/GO.	Por meio do Ofício nº 12/2008-DAU/SRHU/, de 24/01/2008, foram encaminhadas cópias do referido convênio.
Ofício nº 20164/ DIAMB/ DI/SFC/CGU-PR, de 24/06/08.	Solicitou a disponibilização do processo nº 0200.009117/2001-73 (SIAFI nº 429817), convênio nº 2001CV000116-SQA, celebrado com o Município de Santana do Amapá/AP.	Foi encaminhada em 24/06/2008 cópia da documentação do referido convênio, conforme despacho no verso da fls. 858 do processo.
Ofício nº 36637/2007 /DIAMB /DI /SFC/CGU-PR	Solicita posicionamento sobre o item 7.1 da Nota Técnica nº 1989/2007-DIAMB/DI/SFC/CGU-PR.	Foi encaminhado em 10/03/2008 cópias do processo nº 02000.009104/2001-02 (SIAFI nº 430050), convênio nº 2001CV000111-SQA firmado com o Município de Coari/AM.

13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Quadro VI - Diligências do Tribunal de Contas da União / TCU

Documento	Descrição da Determinação/ Recomendação	Providências Adotadas
Ofício nº 065/2008-TCU/ SECEX-PI	Encaminha cópia do Acórdão no. 45/2008, 2ª Câmara – TC nº 015.458/2003-3	Providências adotadas junto ao SIAFI.
Ofício nº 035/2008-TCU/ SECEX-4	Encaminha Acórdão no. 107/2008, 2º Câmara referente ao processo de Tomada de Contas do exercício 2006 – TC 014.535/2007-2	Não há informações a serem encaminhadas ao Tribunal.
Ofício nº 143/2008-TCU/ SECEX-MA	Inclusão no CADIN, TC nº 020.743/2004-6	Procedimentos adotados junto ao SIAFI.
Ofício nº 162/2008-TCU/ SEC – MA/DT	Solicita cópia de documentação de prestação de contas referente ao Convênio nº 036/2001 – TC 005.411/2007-6	Diligência atendida por meio do Ofício nº 217/2008/GPO/ DRH/SRHU/MMA
Ofício nº 233/2008-TCU/ SECEX-MA	Solicita cópia do processo de prestação de contas referente ao Convênio nº 046/2001 – TC 000042554025	Diligência atendida por meio do Ofício nº 252/ 2008/GPO/ DRH/SRHU/MMA.
Ofício nº 256/2008-TCU/ SECEX-MA	Inclusão no CADIN, TC nº 017.960/2004-6	Procedimentos adotados junto ao SIAFI
Ofício nº 72/2008-TCU/ SECEX-MA	Solicita cópia de documentação referente ao convênio nº 323/98, TC nº 005.402/2007-7	Diligência atendida por meio do Ofício nº 318/ 2008/GPO/ DRH/SRHU/MMA.
Ofício nº 73/2008-TCU/ SECEX-MA	Solicita cópia de documentação referente ao convênio nº 070/00, TC nº 005.604/2007-2	Diligência atendida por meio do Ofício nº 322/ 2008/GPO/ DRH/SRHU/MMA.
Ofício nº 264/2008-TCU/ SECEX-MA	Inclusão no CADIN, TC nº 006.932/2004-3	Procedimentos adotados junto ao SIAFI
Ofício nº 122/2008-TCU/ SECEX-AP	Inclusão no CADIN, TC nº 011.644/2002-2	Procedimentos adotados junto ao SIAFI

Ofício nº 87/2008-TCU/ SECEX-MA	Solicita cópia de documentação referente a prestação de contas do Convênio nº 352/97, TC nº 005.396/2007-8	Diligência atendida por meio do Ofício nº 393/2008/GPO/ DRH/SRHU/MMA.
Ofício nº 302/2008-TCU/ SECEX-PE	Encaminha Acórdão nº 743/2008, referente ao Convênio nº 119/96, TC 002.804/2008-8	Ofício nº 520/2008/GPO/GAB/SRHU/ MMA, encaminha nota técnica e solicita documentação.
Ofício nº 302/2008-TCU/ SECEX-MA	Solicita cópia de documentação referente ao convênio nº 108/01, TC nº 007.995/2007-2	Diligência atendida por meio do Ofício nº 614/2008/GPO/ GAB/SRHU/MMA.
Ofício nº 0496/2008-TCU/ SECEX-PI	Encaminha cópia do Acórdão nº 2197/2008, TC nº 006.396/2005-6	Procedimentos adotados junto ao SIAFI
Ofício nº 492/2008-TCU/ SECEX-MA	Inclusão no CADIN, TC nº 011.973/2003-9	Providências adotadas junto ao SIAFI.
Ofício nº 511/2008-TCU/ SECEX-MA/DT	Encaminha Acórdão nº 768/2008 referente ao Convênio nº 532/98, TC nº 010.422/1999-4	Diligência atendida por meio do Ofício nº 632/2008/GPO/ GAB/SRHU/MMA.
Ofício nº 302/2008-TCU/ SECEX-MA	Solicita cópia integral da prestação de contas referente ao convênio nº 108/01, TC nº 007.995/2007-2	Diligência atendida por meio do Ofício nº 614/ 2008/GPO/GAB/SRHU/MMA
Ofício nº 583/2008-TCU/ SECEX-GO	Solicita informação referente ao convênio nº 059/00, TC nº 014.277/2006-8	Diligência atendida por meio do Ofício nº 634/ 2008/GPO/GAB/SRHU/MMA.
Ofício nº 620/2008-TCU/ SECEX-PE	Reitera o Ofício nº 053/2008-SECEX/PE, Acórdão nº 42/200-Plenário, TC nº 012.626/2006-1	Por meio do Ofício nº 654/2008/GPO/GAB/SRHU/ MMA é encaminhada a documentação solicitada.
Ofício nº 1022/2008-TCU/ SECEX-SC	Solicita o encaminhamento da totalidade da documentação referente à prestação de contas do convênio nº 437/98, TC nº 004.001/2008-1	Diligência atendida por meio do Ofício nº 649/2008/GPO/GAB/SRHU/MMA.
Ofício nº 1510/2008-TCU/ SECEX-MG	Solicita informações referente ao convênio nº 376/97, TC nº 012.427/2008-4	Por meio do Ofício nº 719/2008/GPO/GAB/SRHU/ MMA e Ofício nº 719/2008/GPO/GAB/SRHU/MMA foi solicitado mais prazo para atendimento. Diligência atendida por meio do Ofício nº 756/2008/GPO/ GAB/SRHU/MMA

Ofício nº0495/2008-TCU/ SECEX-PI	Encaminha para conhecimento e adoção de providências cópia do Acórdão nº 2197/2008, TC nº 006.396/2005 -6	Procedimentos adotados junto ao SIAFI
Ofício nº0282/2008-TCU/ SECEX-BA	Solicita pronunciamento conclusivo acerca da execução do convênio nº 134/00, TC nº 020.744/2004-3	Por meio do Ofício nº 693/2008/GPO/ GAB/SRHU/MMA foi solicitado documentação e a solicitação de prorrogação do prazo. Por meio do Ofício nº 1001/2008/GAB/ SRHU/MMA, foi solicitado mais prazo para atendimento da diligência.
Ofício nº1202/2008-TCU/ SECEX-7	Encaminha para providências Acórdão nº 2670/2008, referente ao convênio nº051/98, TC nº 010.565/2005-7	Procedimentos adotados junto ao SIAFI
Ofício nº 616/2008-TCU/ SECEX-GO	Solicita cópia da prestação de contas e parecer conclusivo do convênio nº 104/00, TC nº 007.601/2005-3	Diligência atendida por meio do Ofício nº 727/2008/GPO/ GAB/SRHU/MMA
Ofício nº1065/2008-TCU/ SECEX-BA	Encaminha para conhecimento cópia do Acórdão nº 2548/2008, TC nº 000.052/2004-0	Não há providências a serem adotadas.
Ofício nº1525/2008-TCU/ SECEX-SC	Solicita cópia do estudo técnico referente ao convênio nº 473/98, TC nº 004.001/2008-1	Diligência atendida por meio do Ofício nº 758/ 2008/GPO/ GAB/SRHU/MMA.
Ofício nº1372/2008-TCU/ SECEX-7	Solicita o encaminhamento das prestações de contas dos convênios nº 130/00 e 061/99	Diligência atendida por meio do Ofício nº 757/ 2008/GPO/ GAB/SRHU/MMA.
Ofício nº 824/2008-TCU/ SECEX-GO	Reitera o Ofício nº 616/2008-TCU/SECEX-GO, TC nº 007.601/2005-3	Diligência atendida por meio do Ofício nº 762/ 2008/GPO/ GAB/SRHU/MMA.
Ofício nº2021/2008-TCU/ SECEX-MG 2ºDT	Informa da prorrogação do prazo para atendimento do Ofício SECEX/MG nº 1510/ 2008, TC nº 012.427/ 2008-4	Diligência atendida por meio do Ofício nº 756/ 2008/GPO/ GAB/SRHU/MMA
Ofício n 1130/2008-TCU/ SECEX-PI	Solicita o encaminhamento de cópias referente à prestação de contas do convênio nº 117/00.	Diligência atendida por meio do Ofício nº 936/ 2008 GPO/ GAB/SRHU/MMA

Ofício nº 742/2008-TCU/ SECEX-MA	Inclusão no CADIN, TC nº 002.134/2006-2	Procedimentos adotados junto ao SIAFI
Ofício nº 120/2008-TCU/ SECEX-AL	Inclusão no CADIN, TC nº 002.129/2007-0	Registro feito no SIAFI, em 30/12/08
Ofício nº1848/2008-TCU/ SECEX-7	Encaminha para conhecimento cópia do Acórdão nº 5319/ 2008, TC nº 003.205/2006-0	Não há providência a serem adotadas.
Ofício nº 351/2008-TCU/ SECEX-PE	Encaminha cópia do Acórdão nº 2253/2008-TCU - Plenário, TC nº 012.626/2006-1	Não há informações a serem encaminhadas ao Tribunal.
Ofício nº1297/2008-TCU/ SECEX-PI	Encaminha cópia do Acórdão nº 4749/2008, TC nº 010.074/ 2007-5	Registro feito no SIAFI, em 10/03/2009
Ofício nº1311/2008-TCU/ SECEX-PI	Encaminha cópia do Acórdão nº 4730/2008, TC nº 012.720/ 2004-7	Registro feito no SIAFI, em 10/03/2009
Ofício nº 908/2008-TCU/ SECEX-PR	Inclusão no CADIN, TC nº 021.818/2008-6	Os registros no CADIN foram efetuados em 19/12/08
Ofício nº1496/2008-TCU/ SECEX-RS	Encaminha cópia do Acórdão nº 4740/2008, TC nº 005.287/ 2004-9, inclusão no CADIN.	Registro feito no SIAFI, em 10/03/2009
Ofício nº1370/2008-TCU/ SECEX-PB	Encaminha para conhecimento cópia do Acórdão nº 2117/ 2008-TCU-1ª Câmara - onde solicita a esta Secretaria a instauração da Tomada de Contas Especial para apuração de ocorrência danosa da execução do Convênio nº 2001CV000089-SQA, firmado com o Município de Cajazeiras /PB, processo nº02000.009315 /2001-34.	A diligência encontra-se com o técnico para apreciação das recomendações feitas pelo referido Acórdão, tendo em vista que a Prestação de Contas do referido convênio encontra-se aprovada.

14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADAS NO EXERCÍCIO

Este item não se aplica a esta Unidade.

15. DISPENSAS DA INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO

Quadro VII - Convênios Arquivados conforme Portaria Interministerial nº 24/2008.

Motivo do arquivamento	Nº do processo	Responsável		Cargo ou função do responsável	Valor no SIAFI	Data da ocorrência	Ocorrência	Medida administrativa adotada
		CNPJ	Nome					
Portaria Interministerial nº 24/2008	02000.004184/97-81	46.379.400.0001-50	Governo do Estado de São Paulo	Secretário de Estado do Meio Ambiente de São Paulo	14.220,00	31/12/1999	-	Publicação e Arquivamento
Portaria Interministerial nº 24/2008	02000.008179/01-68	06.208.946.0001-24	Prefeitura de Porto Franco	Prefeito Municipal	50.000,00	28/1/2002	-	Publicação e Arquivamento
Portaria Interministerial nº 24/2008	02000.002927/98-14	06.138.150.0001-42	Prefeitura de Governador Archer	Prefeito Municipal	50.000,00	21/10/1999	-	Publicação e Arquivamento
Portaria Interministerial nº 24/2008	02000.007836/01-50	06.314.439.0001-75	Prefeitura de Duque Bacelar	Prefeito Municipal	48.216,00	30/6/2002	-	Publicação e Arquivamento
Portaria Interministerial nº 24/2008	02000.002017/98-50	06.554.893.0001-01	Prefeitura de Pimenteiras	Prefeito Municipal	75.000,00	31/7/1999	-	Publicação e Arquivamento
Portaria Interministerial nº 24/2008	02000.002431/98-68	08.161.614.0001-67	Prefeitura de Brejinho	Prefeita Municipal	100.000,00	31/10/1999	-	Publicação e Arquivamento
Portaria Interministerial nº 24/2008	02000.002813/98-65	06.554.232.0001-78	Prefeitura de Monte Alegre do Piauí	Prefeito Municipal	75.000,00	29/2/2000	-	Publicação e Arquivamento
Portaria Interministerial nº 24/2008	02000.002856/98-78	13.910.203.0001-67	Prefeitura de Maracás	Prefeito Municipal	100.000,00	31/12/1999	-	Publicação e Arquivamento
Portaria Interministerial nº 24/2008	43000.000861/88-33	46.384.400.0001-49	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Governador do Estado	0,04	31/5/1989	-	Publicação e Arquivamento
Portaria Interministerial nº 24/2008	02000.002346/98-91	09.073.628.0001-97	Prefeitura de Monteiro	Prefeito Municipal	43.750,00	31/12/1999	-	Publicação e Arquivamento
Portaria Interministerial nº 24/2008	01600.013672/93-51	18.116.137.0001-71	Prefeitura de Cosdisburgo	Prefeito Municipal	1.818,18	28/2/1994	-	Publicação e Arquivamento
Portaria Interministerial nº 24/2008	21000.009798/91-18	06.582.464.0001-30	Prefeitura de Umirim	Prefeito Municipal	5,72	30/3/1992	-	Publicação e Arquivamento
Portaria Interministerial nº 24/2008	02000.005459/99-75	51.207.413.0001-82	Associação Brasileira de Águas Subterrâneas	Presidente da Associação	70.000,00	31/10/2000	-	Publicação e Arquivamento
Portaria Interministerial nº 24/2008	02000.001380/97-11	07.595.659.0001-30	Prefeitura de Santana do Acaraú	Prefeito Municipal	75.000,00	31/12/1998	-	Publicação e Arquivamento
Portaria Interministerial nº 24/2008	02000.001707/01-58	05.303.144.0001-30	Prefeitura de Paraibano	Prefeita Municipal	100.000,00	31/5/2002	-	Publicação e Arquivamento
Portaria Interministerial nº 24/2008	02000.002502/98-13	76.950.021.0001-30	Prefeitura de Fênix	Prefeito Municipal	58.000,00	30/12/2000	-	Publicação e Arquivamento
Portaria Interministerial nº 24/2008	02000.001655/98-81	06.553.754.0001-55	Prefeitura de Itainópolis	Prefeito Municipal	100.000,00	31/12/1999	-	Publicação e Arquivamento

Portaria Interministerial nº 24/2008	02000.005747/9 9-20	06.554.760.000 1-27	Prefeitura de Água Branca	Prefeito Municipal	83.079,00	28/2/2002	-	Publicação e Arquivamento
Portaria Interministerial nº 24/2008	02000.001937/9 8-32	06.104.863.000 1-95	Prefeitura de Codó	Prefeito Municipal	75.000,00	31/10/1999	-	Publicação e Arquivamento
Portaria Interministerial nº 24/2008	02000.005755/9 9-58	06.003.636.000 1-73	Prefeitura de Paço do Lumiar	Prefeito Municipal	28.383,30	28/2/2001	-	Publicação e Arquivamento
Portaria Interministerial nº 24/2008	02000.008006/0 1-40	10.438.570.000 1-11	Prefeitura de Passagem Franca	Prefeito Municipal	44.600,00	31/5/2002	-	Publicação e Arquivamento

16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Este item não se aplica a esta Unidade

17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

Este item não se aplica a esta Unidade

18. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POS UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

Este item não se aplica a esta Unidade

ANEXO I



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE
SETORIAL DE CONTABILIDADE

EXERCÍCIO 2008

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

COM RESSALVA

Declaro que os demonstrativos contábeis concernentes à Unidade Gestora 440005/00001 constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Contas, exceto no locante a:

- a) Convênios a Comprovar com data expirada – Restrição 169
- b) Convênios a Aprovar com data expirada – Restrição 170
- c) Convênios a Liberar expirados – Restrição 172

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, de março de 2009.


OSVALDO DE SOUZA MENEZES
Contador Responsável
CRC-DF nº 4113/0-1

ANEXO II



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE
SETORIAL DE CONTABILIDADE**

EXERCÍCIO 2008

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

COM RESSALVA

Declaro que os demonstrativos contábeis concernentes à Unidade Gestora 440005/00001 constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Contas, exceto no tocante a:

- a) Convênios a Comprovar com data expirada – Restrição 169
- b) Convênios a Aprovar com data expirada – Restrição 170
- c) Convênios a Liberar expirados – Restrição 172

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, de março de 2009.


OSVALDO DE SOUZA MENEZES
Contador Responsável
CRC-DF nº 4113/0-1

ANEXO III



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE
SETORIAL DE CONTABILIDADE**

EXERCÍCIO 2008

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

COM RESSALVA

Declaro que os demonstrativos contábeis concernentes à Unidade Gestora 440078/00001 constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Contas, exceto no tocante a:

- a) Convênios a Aprovar com data expirada – Restrição 170
- b) Falta/Restrição da Conformidade de Registro de Gestão – Restrição 951

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, de março de 2009.


OSVALDO DE SOUZA MENEZES
Contador Responsável
CRC-DF nº 4113/0-1

ANEXO IV



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE
SETORIAL DE CONTABILIDADE**

EXERCÍCIO 2008

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

COM RESSALVA

Declaro que os demonstrativos contábeis concernentes à Unidade Gestora 440079/00001 constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Contas, exceto no tocante a:

- a) Convênios a Aprovar com data expirada – Restrição 170
- b) Falta/Restrição da Conformidade de Registro de Gestão – Restrição 951

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, de março de 2009.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Osvaldo de Souza Menezes', written over a circular stamp.

OSVALDO DE SOUZA MENEZES
Contador Responsável
CRC-DF nº 4113/0-1

ANEXO V



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE
SETORIAL DE CONTABILIDADE**

EXERCÍCIO 2008

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

COM RESSALVA

Declaro que os demonstrativos contábeis concernentes à Unidade Gestora 440060/00001 constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Contas, exceto no tocante a:

- a) Convênios a Comprovar com data expirada – Restrição 169
- b) Convênios a Aprovar com data expirada – Restrição 170
- c) Convênios a Liberar expirados – Restrição 172

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, de março de 2009.


OSVALDO DE SOUZA MENEZES
Contador Responsável
CRC-DF nº 4113/0-1